

DIPLOMACIA QUILOMBOLA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS: DO LOCAL AO GLOBAL NO QUILOMBO DO JATIMANE¹

Pedrina Belém do Rosário²

RESUMO

Originários da luta pela liberdade contra a escravidão e o colonialismo, os quilombos mantêm vivas suas tradições culturais e lutas pela preservação de seus territórios ancestrais, ampliação de direitos e combate ao racismo e as desigualdades. Esse fenômeno acontece em escala local, ancorado no território, mas também global, rompendo a divisão local/global artificialmente forjada no âmbito da construção disciplinar das RI. O presente trabalho surge a partir da inquietação de pensar o lugar do quilombo e das/os quilombolas nas Relações Internacionais (RI). Tem como objetivo principal avançar a proposta de diplomacia quilombola a partir das dinâmicas de resistências e articulações de lutas quilombolas. Em contraposição às abordagens tradicionais sobre as RI e a diplomacia, centradas nos Estados enquanto única forma possível de comunidade política, as cosmologias quilombolas são colocadas no centro da análise. É uma investigação de caráter qualitativo, baseada na complementaridade de alguns dos seus principais métodos: a revisão de bibliografia, centrada, sobretudo, nas abordagens críticas sobre as RI, nas perspectivas afro-brasileiras de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez e nos estudos sobre diplomacia e diplomacia indígena; entrevistas qualitativas semi-estruturadas e o estudo de caso com a realização de pesquisas de campo no Quilombo do Jatimane. A escrevivência e trajetória da autora, conforme proposta por Conceição Evaristo, é também incorporada a partir dos elementos da oralidade, do protagonismo feminino, das narrativas subalternas e do resgate da memória familiar.

Palavras-chave: diplomacia; quilombos - Jatimane (Baixo Sul, BA); relações internacionais e cultura - Baixo Sul (BA).

ABSTRACT

Originating from the fight for freedom against slavery and colonialism, quilombos keep their cultural traditions alive and fight to preserve their ancestral territories, expand rights and combat racism and inequalities. This phenomenon happens on a local scale, anchored in the territory, but also global, breaking the local/global division artificially forged within the scope of the disciplinary construction of IR. This work arises from the concern of thinking about the place of quilombo and quilombolas in International Relations (IR). Its main objective is to advance the proposal for quilombola diplomacy based on the dynamics of resistance and articulations of quilombola struggles. In contrast to traditional approaches to IR and diplomacy, centered on States as the only possible form of political community, quilombola cosmologies are placed at the center of the analysis. It is a qualitative investigation, based on the complementarity of some of its main methods: the bibliography review, focused, above all, on critical approaches to IR, on the Afro-Brazilian perspectives of Abdias Nascimento and Lélia Gonzalez and on studies on diplomacy and indigenous diplomacy; semi-structured qualitative interviews and a case study with field research in Quilombo do Jatimane. The author's writing and trajectory, as proposed by Conceição Evaristo, is also incorporated from the elements of orality, female protagonism, subordinate narratives and the rescue of family memory.

Keywords: diplomacy; international relations and culture - Baixo Sul (BA); quilombos - Jatimane (Baixo Sul, BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Isabella Alves Lamas.

² Graduanda em Relações Internacionais pela UNILAB. Possui curso técnico/profissionalizante pelo Colégio Estadual Adelaide Souza (CEAS).

1 INTRODUÇÃO

Fogo!... Queimaram Palmares, Nasceu Canudos

*Fogo!... Queimaram Palmares,
Nasceu Canudos.*

*Fogo!... Queimaram Canudos,
Nasceu Caldeirões.*

*Fogo!... Queimaram Caldeirões,
Nasceu Pau de Colher.*

Fogo!... Queimaram Pau de Colher...

E nasceram, e nascerão tantas outras comunidades que os vão cansar se continuarem queimando.

*Porque mesmo que queimem a escrita,
Não queimarão a oralidade.*

*Mesmo que queimem os símbolos,
Não queimarão os significados.*

*Mesmo queimando o nosso povo
Não queimarão a ancestralidade.*

Nêgo Bispo

Antônio Bispo dos Santos – Quilombo Saco-curtume em São João do Piauí/PI³

Qual o lugar do quilombo e das/os quilombolas nas Relações Internacionais (RI) e nos espaços de negociação internacional? As comunidades quilombolas têm uma longa história de resistência e luta pelos seus direitos. Palmares, Canudos, Caldeirões, Pau de Colher - referenciados por Nêgo Bispo na poesia "Fogo!...Queimaram Palmares, Nasceu Canudos" que dá início a essa introdução - são alguns dos quilombos que foram grandes espaços de resistência ao colonialismo e luta pela liberdade no Brasil. Originárias do período da escravidão, outras tantas comunidades quilombolas nasceram, mantendo vivas suas tradições culturais e lutas pela preservação de seus territórios ancestrais, combate ao racismo e as desigualdades e ampliação de direitos. Esse fenômeno acontece em escala local, ancorado no território, mas também global, rompendo a divisão local/global artificialmente forjada no âmbito da construção disciplinar das RI.

As Relações Internacionais têm sido tradicionalmente dominadas por abordagens que colocam os Estados nacionais como atores centrais nas análises sobre as relações de poder na esfera internacional. Essa perspectiva limitada tem silenciado vozes e saberes vindos de outras abordagens culturais e epistemológicas, marginalizando, por exemplo, as contribuições do pensamento negro brasileiro, das cosmologias indígenas e africanas, bem como da luta histórica e contemporânea dos quilombolas para as configurações da política doméstica, mas também internacional. Não obstante, essas contribuições englobam uma série de saberes e ações que desafiam as narrativas dominantes e propõem novas formas de pensarmos as RI.

³ BISPO, 2015, p. 45.

Abdias Nascimento, grande pensador e artista afro-brasileiro, desempenhou um papel crucial na elaboração e difusão do conceito de quilombismo, através do qual busca promover a justiça social, a igualdade racial e o reconhecimento das comunidades quilombolas no âmbito internacional (Nascimento, [1980], 2022). O quilombismo, enquanto filosofia política e social e prática, reivindica a autodeterminação das comunidades quilombolas e a valorização de suas culturas e tradições. Oferece, assim, uma oportunidade única de repensarmos as dinâmicas globais de poder e as formas de interação entre os atores internacionais. A proposta de amefricanidade, de Lélia Gonzalez ([1988], 2020), intelectual afro-brasileira, também interconecta as experiências e lutas das comunidades afrodescendentes ao redor do mundo. A amefricanidade não é apenas uma identidade racial, mas uma proposta de reconhecimento da experiência particular da diáspora nas Américas, sem perder a conexão com as ligações com o continente africano. É, assim, uma experiência coletiva que transcende fronteiras geográficas e históricas, unindo as diásporas africanas em uma luta comum pela justiça e pela valorização de suas contribuições para a humanidade (*Idem.*).

A partir das propostas de quilombismo e amefricanidade, bem como da inquietação de pensar o lugar do quilombo e das/os quilombolas nas RI, suas dinâmicas de resistências e articulações de lutas, o presente trabalho tem como objetivo principal avançar a proposta de diplomacia quilombola. Essa proposta parte da compreensão de que a diplomacia vai muito além do seu sentido tradicional que tem como centro as relações entre Estados e representações oficiais, abrangendo uma ampla gama de interações e práticas diplomáticas que moldam o cenário internacional. A diplomacia quilombola refere-se aos esforços e iniciativas protagonizadas pelas comunidades quilombolas para se engajarem no diálogo e na interação com atores internacionais, a fim de proteger seus direitos territoriais e culturais. É, assim, um exemplo de como cosmologias quilombolas podem desafiar as estruturas de poder tradicionais nas RI.

A região do Baixo Sul do estado da Bahia concentra mais de 53 comunidades quilombolas, reconhecidas pela Fundação Cultural Palmares. Entre essas comunidades, está o Quilombo do Jatimane que vem se destacando pelo seu engajamento que cruza as mais diversas escalas de atuação: local, regional, estadual, nacional e internacional. Assim, através estudo de caso das articulações desse quilombo e do movimento quilombola de forma mais ampla, esse trabalho mostra que é possível imaginar outras construções diplomáticas possíveis, observando, particularmente, a diplomacia das comunidades tradicionais quilombolas.

Esta é uma investigação de caráter qualitativo, baseada na complementaridade de alguns de seus principais métodos, entre eles, a revisão de bibliografia, centrada, sobretudo, nas

abordagens críticas sobre as RI, nas perspectivas afro-brasileiras de Abdias Nascimento e Lélia Gonzalez e nos estudos sobre diplomacia e diplomacia indígena; o estudo de caso com a realização de pesquisas de campo no quilombo do Jatimane; e entrevistas qualitativas semi-estruturadas. As entrevistas foram realizadas entre os meses de junho e novembro de 2023 em formato on-line e presencial, no Quilombo do Jatimane e no evento nacional da *VII Romaria Quilombola: Identidade, Fortalecimento, Organização e Efetivação dos Direitos*, em Bom Jesus da Lapa. No total, foram entrevistadas 11 pessoas, sendo 6 quilombolas de Jatimane e região, 3 representantes de organizações quilombolas de escopo regional, estadual e nacional e 1 diplomata do Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

Como disse Nêgo Bispo, “um dos movimentos mais importantes para contra colonizar, é sair da teoria e priorizar a trajetória. Eu digo que a minha trajetória precisa sustentar o discurso, se não meu discurso não tem sentido” (Bispo, 2021, s/p). Considerando esta afirmação, trazer as trajetórias e perspectivas quilombolas é compreender que nossas vozes têm uma localidade constituída através de marcadores sociais, de classe, gênero, raça, geracionais, históricos, religiosos, a fim de pensar no avanço desses debates e agendas. Essa pesquisa é articulada a partir da trajetória da autora e do lugar da sua voz enquanto mulher, quilombola, preta, nordestina, filha de marisqueira e pescador, nascida em um território quilombola. É nesse sentido que é também incorporada a escrevivência, conforme proposta por Conceição Evaristo (2007), a partir dos elementos da oralidade, do protagonismo feminino, das narrativas subalternas e do resgate da memória familiar.

Elemento também fundamental dessa trajetória é a inserção da autora enquanto estudante quilombola no Bacharelado de Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), uma universidade de cooperação internacional entre o Brasil e países africanos - Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe - e Timor Leste, sediada no Recôncavo Baiano. Como cita Grada Kilomba (2019), todo mundo fala de algum lugar, estamos todas/os/es posicionadas/os/es num lugar sociopolítico e é dele que falamos. Nesse sentido, essa pesquisa é uma forma de reflexão posicionada sobre como os diálogos e articulações multi-escalares com outros territórios da diáspora podem internacionalizar lutas e efetivar direitos até então invisibilizados e silenciados.

Na primeira seção, a partir de uma crítica às RI hegemônicas, confrontamos a dimensão racial do epistemicídio no âmbito dessa disciplina a partir das propostas afro-diaspóricas do quilombismo e da amefricanidade. Na segunda seção, apresentamos a proposta de diplomacia quilombola através de uma trajetória crítica da diplomacia tradicional e da concepção de

proximidade e confluência com a diplomacia indígena. Ainda nesta seção, abordamos criticamente a participação feminina nos espaços diplomáticos enquanto forma de destacar o papel de destaque das mulheres na proposta de diplomacia quilombola. Na terceira seção, o estudo de caso do Quilombo do Jatimane agrega inúmeros exemplos empíricos sobre as formas e mecanismos de atuação da diplomacia quilombola. Na quarta seção, a escrevivência da autora ressalta o protagonismo feminino no âmbito da proposta de diplomacia quilombola. Por fim, apresentamos as considerações finais do trabalho que contribui para posicionar o lugar do quilombo e das/os quilombolas nas Relações Internacionais e nos espaços de negociação internacional.

2 QUILOMBISMO E AMEFRICANIDADE: PROPOSTAS AFRO-DIASPÓRICAS DE ENFRENTAMENTO DOS EPISTEMICÍDIOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As RI têm sido um campo de estudo historicamente dominado por abordagens eurocêntricas e ocidentais. Assim, na sua construção enquanto disciplina acadêmica “apagou amplamente a história e o pensamento não-ocidentais de seu cânone e falhou em abordar o papel central do colonialismo e da descolonização na criação da ordem internacional contemporânea” (Bhambra *et. al.*, 2020, s/p). Marta Fernández (2019), nos mostra como a disciplina é cúmplice do projeto colonial capitalista e vem participando do processo histórico de epistemicídio na perpetuação de uma ordem internacional violenta e desigual.

Dessa forma, Fernández (2019) aborda o conceito de epistemicídio nas RI, que se refere à eliminação ou supressão de conhecimentos e perspectivas não ocidentais nessa área de estudo. Segundo a autora, essa prática é resultado de uma visão eurocêntrica e colonialista que domina a disciplina, perpetuando a marginalização e a subalternização de saberes e experiências de outros povos e culturas nos debates internacionais. Isso leva a uma visão limitada e distorcida das questões internacionais, bem como a políticas e soluções inadequadas para os desafios globais. Fernández defende a necessidade de uma abertura epistêmica a partir de um diálogo intercultural e interepistêmico, que reconheça e valorize a diversidade de conhecimentos e perspectivas, permitindo uma análise mais abrangente e crítica das RI.

O epistemicídio nas RI pode ser visto como uma forma de violência simbólica, que muitas vezes é sutil e invisível, mas que tem efeitos significativos sobre o poder e a representatividade de diferentes grupos e atores. Nesse contexto, as comunidades quilombolas enfrentam desafios consideráveis, visto que suas epistemologias tradicionais e cosmologias são

frequentemente desconsideradas e desvalorizadas pelas instituições e atores dominantes nas RI. O teórico decolonial Walter Dignolo (2011), ressalta a dimensão da colonialidade do saber enquanto perpetuadora da hegemonia do conhecimento eurocêntrico o que, podemos acrescentar, leva à marginalização de perspectivas afro-diaspóricas, como a quilombola. As ausências e silenciamentos verificados historicamente para questões orientadas a partir de matrizes africanas e afro-diaspóricas são, em grande medida, sustentadas pelas práticas epistêmicas hegemônicas, que deslegitimam a possibilidade de serem tais referenciais válidos e potencialmente geradores e fomentadores de conhecimento.

O conceito de epistemicídio ganha também uma contribuição fundamental a partir das lentes da filósofa Sueli Carneiro (2005; 2023), intelectual negra brasileira que desafiou a estrutura social e epistemológica produzindo novas narrativas que abrem os nossos imaginários para um pensamento crítico e emancipatório. Ao situar o epistemicídio, a autora ressalta a dimensão racial do mesmo para discorrer sobre a tentativa de silenciamento e apagamento das memórias negras, dos saberes e culturas da população afro-brasileira, sobretudo, com ênfase nas mulheres pretas, quilombolas, indígenas, historicamente os grupos mais oprimidos no âmbito da sociedade brasileira. Dessa forma, Carneiro posiciona o epistemicídio enquanto forma de efetivação e elemento constitutivo do dispositivo da racialidade, domínio que "produz poderes, saberes e subjetividades pela negação e interdição de poderes, saberes e subjetividades" (Carneiro, 2023, p. 12).

No sentido de confrontarmos a dimensão racial do epistemicídio no âmbito das RI, duas considerações se fazem essenciais. A primeira delas é que as RI têm sistematicamente negado a importância da questão racial no âmbito da constituição da ordem política internacional, bem como as estruturas racializadas do poder global. Assim, "embora as questões de raça e racismo tenham sido frequentemente deixadas de lado das RI contemporâneas, tais questões foram de fato parte integrante do nascimento da disciplina" (Anievas *et. al.*, 2015: p. 2)⁴. Segundo Karine de Souza Silva, no campo das RI,

Sob o pretexto de universalidade e neutralidade, as principais discursividades excluíram mais da metade da população mundial, além de naturalizarem uma série de crimes, incluindo invasão de territórios e subjugação violenta de povos classificados como indígenas, negros ou asiáticos, operando com base em intrincados processos de racialização e generização⁵ (Silva, 2023, p. 3).

⁴ Traduzido do original: "Though questions of race and racism have been often side-lined to the margins of contemporary IR, such issues were in fact integral to the birth of the discipline".

⁵ Traduzido do original: "Under the guise of universality and neutrality, mainstream discursivities excluded over half of the world's population, in addition to naturalizing a series of crimes, including invasion of territories and

Quijano (2007) argumenta que o sistema mundial moderno é fundamentado na colonialidade do poder, que se baseia na hierarquização racial. Assim, a racialização do debate permite a identificação das desigualdades sistêmicas que afetam grupos raciais minoritários, revelando como essas desigualdades são enraizadas em estruturas sociais e econômicas. Sueli Carneiro (2023) coloca que a racialização é necessária para enfrentar as disparidades sociais e econômicas que afetam as comunidades racialmente marginalizadas. Ignorar a raça nas análises sociais significa perpetuar o violento e desigual status quo e falhar em reconhecer as experiências únicas e lutas protagonizadas por comunidades afro-diaspóricas. Diferentemente de ser apenas um tema para teorização, a raça representa uma categoria analítica fluida e historicamente contingente, moldada por fatores sociais, políticos e econômicos (Almeida, 2018). Du Bois, sociólogo estadunidense pan-africanista que teve uma atuação ativa nas lutas pelos direitos civis, ressalta, através da ideia de existência de uma linha de cor, que raça e racismo são princípios organizadores centrais da política internacional que condicionam e estruturam os eixos de hierarquia e opressão no mundo produzidos a partir de uma estrutura imperial e colonial (Du Bois, 1925).

A segunda consideração para confrontarmos a dimensão racial do epistemicídio no âmbito das RI, é que as abordagens tradicionais das RI têm sido centradas nos Estados, uma vez que, historicamente, estes são considerados como os principais atores no sistema internacional. Essas perspectivas entendem que os Estados são os únicos atores capazes de exercer poder e tomar decisões importantes em questões internacionais (Morgenthau, 2003). Essa visão hegemônica das Relações Internacionais tem sido contestada por diversas correntes e propostas teóricas que argumentam que outros atores, como organizações internacionais, empresas transnacionais, movimentos sociais e povos e comunidades tradicionais, também têm um papel importante na configuração do ordenamento político internacional (Avant et. al., 2010; Strange, 1996; PICQ, 2017).

Além disso, teóricos como Bhambra, mostram como os Estados são racializados desde o início e questionam as narrativas dominantes sobre o seu surgimento: "Esqueça Vestfália. O Estado Moderno nasceu do colonialismo"⁶ (Bhambra *et. al.*, 2020, s/p). É neste sentido que, "um confronto com a linha de cor global lança luz sobre as práticas globais de criação de limites e controles de fronteira que imitam em detalhes explícitos as práticas da cartografia colonial,

violent subjugation of peoples classified as indigenous, Black or Asian, operating based on intricate processes of racialization and genderization".

⁶ Traduzido do original: "Forget Westphalia. The Modern State Was Born From Colonialism".

baseadas como eram nos ideais da supremacia branca"⁷ (Anievas *et. al.*, 2015: p. 10). A naturalização dos Estados como única forma possível de comunidade política nega outras reivindicações possíveis de existência e espaços de soberania (PICQ, 2017). Assim, "a separação entre o doméstico e o internacional confinam as reivindicações e contribuições negras por/para outras formas de ser e estar no mundo aos debates sociológicos, dentro das fronteiras estatais, excluindo-as das teorizações em Relações Internacionais" (Oliveira, 2020, p. 49). Como forma de confrontar essas dinâmicas, as perspectivas afro-diaspóricas permitem, a partir do entendimento das dinâmicas de violência direcionadas à população negra e de suas potencialidades de luta, avançar novas visões sobre as RI, possibilidades de comunidades políticas e articulação internacional.

Entre estas perspectivas, está a proposta de quilombismo de Abdias Nascimento, estrutural para o pensamento afro-diaspórico construído a partir do Brasil, mas que excede as fronteiras do Estado. Abdias Nascimento, foi um artista panamefricano, um dos maiores autores e representantes do debate público afro-brasileiro e atuou em diferentes frentes: foi intelectual, militante do movimento negro, poeta, dramaturgo, diretor, ator, jornalista, ocupou cargos políticos legislativos, professor universitário, escritor, entre outros (Carneiro, 2022). Em "O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado", Abdias ([1978] 2016) afirma que a exclusão e o genocídio contra a povo negro marcam a realidade social brasileira desde o início do projeto moderno colonial até os dias atuais. Já em "O Quilombismo: Documento de uma Militância Pan-Africanista" ([1980] 2022), Abdias apresenta o quilombismo como uma filosofia política e social que reivindica a autodeterminação das comunidades negras e quilombolas e a valorização de suas culturas e tradições. Essa abordagem destaca a importância de superar as estruturas coloniais e promover a participação ativa das comunidades negras e quilombolas nas decisões que afetam suas vidas. Dessa forma, constrói um outro sentido de autodeterminação que vai muito além do conceito de autodeterminação que estrutura as relações interestatais e o direito internacional que, mesmo referindo-se a autodeterminação dos povos, remete ao direito dos Estados soberanos à organização política autônoma. O quilombismo parte da ideia de que os afrodescendentes devem se unir para lutar contra a opressão e a discriminação, e que devem buscar autonomia e autodeterminação por meio da criação de comunidades políticas autônomas e da promoção da cultura e da história afrodescendente.

⁷ Traduzido do original: "confrontation with the global colour line sheds light on those global practices of boundary-making and border controls that mimic in explicit detail practices of colonial cartography, based as they were on white supremacist ideals".

Como uma prática política e social, o quilombismo tem suas raízes nos quilombos, comunidades formadas por escravizados africanos que fugiam da opressão colonial no Brasil (Gomes, 2018). O conceito de quilombismo está ligado às formas de organização e resistências fundadas pela população negra em recusa à colonização. Mais do que uma categoria de análise ou meramente um espaço de agrupamento, a dinâmica do termo sugere uma compreensão mais ampla do que socialmente entendemos por quilombo. Trata-se não somente do espaço, mas da junção entre corpo, território, luta e métodos de sobrevivência tanto na esfera urbana quanto rural do Brasil. Maria Beatriz do Nascimento, militante e historiadora afro-brasileira, também apresenta uma proposta de "caracterizar a instituição quilombo na passagem para princípios ideológicos como forma de resistência cultural" contra todas as formas de opressão (Nascimento, 2006, p. 117). Para ela, enquanto instituição construída em uma busca por autonomia a partir de formas de organização próprias, o quilombo não se restringe aos marcos da escravidão e se estende a territórios negros contemporâneos. Da mesma maneira, destaca-se a sua conotação simbólica e modelo de organização a ser seguido enquanto instrumento da luta do povo negro (Nascimento, 2006 e 2018).

Na mesma linha, para Abdias, "quilombo não significa escravo fugido. Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial" (Nascimento, [1980] 2022, p. 289). A partir desta perspectiva, o quilombismo ultrapassa as fronteiras da referência espacial e adquire também elementos de multiescalaridade. Assim, essas comunidades representam espaços de resistência, autonomia e solidariedade, onde os indivíduos se organizam de acordo com suas próprias normas, valores e tradições culturais (Ferreira *et. al.*, 2015). Como reconhecimento da abrangência da luta, que continua acontecendo no presente, mas é ancestral, no "ABC do Quilombismo", esquematização proposta por Abdias sobre o quilombismo, a letra z. diz: "*Zumbi*: fundador do quilombismo" (Nascimento, [1980] 2022, p. 301).

O quilombismo busca também promover a justiça social, a igualdade racial e o reconhecimento das comunidades quilombolas no âmbito internacional. Não obstante, Abdias relata a dificuldade sistemática de promover uma maior participação da comunidade negra nesses espaços. Para Abdias, dentro do sistema de barreiras enfrentado pelos negros para a ocupação e ampliação da participação em espaços internacionais, está a necessidade do uso da língua dos opressores na comunicação entre a comunidade afro-diaspórica - restrita ao inglês e ao francês -, o que explica em parte a ausência dos afro-brasileiros em congressos pan-africanos e resulta na permanência dos negros brasileiros do lado de fora destes espaços (Nascimento, [1980] 2022). O autor diz que aqueles que normalmente participam dos encontros

internacionais são os brasileiros de origem europeia, das classes média e alta, que possuem os meios econômicos para essa forma de educação linguística.

Não obstante, no "ABC do Quilombismo", um dos pontos remete justamente à importância das articulações internacionais.

h. Humilhados que fomos e somos todos os negro-africanos, com todos devemos manter íntimo contato. Também com organizações africanas independentes, tanto da diáspora como do continente. São importantes e necessárias as relações com órgãos e instituições internacionais de Direitos Humanos, tais como a ONU e a Unesco, de onde poderemos receber apoio em casos de repressão. Nunca esquecer que sempre estivemos sob a violência da oligarquia latifundiária, industrial-financeira ou militar (Nascimento, [1980] 2022, p. 297).

Esse trecho evidencia como as articulações diaspóricas e a presença internacional, inclusive através da relação com organizações internacionais, são concebidas como centrais para a proposta do quilombismo. É também por esse motivo que abordar a temática do quilombismo nas RI é uma forma de repensar as dinâmicas globais de poder e de interação entre os atores internacionais. O quilombismo pode ser entendido como forma de ativismo político que busca a emancipação dos negros e a igualdade racial.

Lélia Gonzalez também desempenha um papel fundamental no posicionamento internacional das epistemologias e cosmologias afro-diaspóricas através da ideia de amefricanidade. A categoria de americanidade se constrói a partir do passado comum vivenciado na região da América Latina, no qual a colonização e a escravização dos povos africanos e indígenas deixaram marcas profundas na construção da sociedade e na configuração das relações de desigualdade extrema.

Já na época escravista ela [a amefricanidade] se manifestava nas revoltas, na elaboração de estratégias de resistência cultural, no desenvolvimento de formas alternativas de organização social livre, cuja expressão concreta se encontra nos *quilombos, cimarrones, cumbes, palenques, marronages e marron societies*, espalhadas pelas mais diferentes paragens em todo o continente. [...] Reconhecê-la é, em última instância, reconhecer um gigantesco trabalho de dinâmica cultural que não nos leva para o outro lado do Atlântico, mas que nos traz de lá e nos transforma no que somos hoje: *amefricanos* (Gonzalez, 2020, p. 138).

A amefricanidade interconecta as experiências e lutas das comunidades afrodescendentes ao redor do mundo, destacando sua luta contínua pela liberdade e contribuições significativas para a construção de uma ordem internacional mais justa e igualitária. As lutas confrontam uma forma particular de racismo que, ao mesmo tempo que promoveu uma tentativa de assimilação do povo não branco, os inseriu numa realidade pautada

pela hierarquização racial e social: “o racismo latino-americano é suficientemente sofisticado para manter negros e índios na condição de segmentos subordinados no interior das classes mais exploradas” (Gonzalez, 2020, p. 131).

Outra forte componente da contribuição da autora, diz respeito a proposta de feminismo afro-latino-americano a partir da experiência de discriminação sexual e do protagonismo das mulheres afro-latino-americanas em movimentos, redes e encontros dos quais ela participou enquanto militante.

Cabe aqui um dado importante de nossa realidade histórica: para nós, amefricanas do Brasil e de outros países da região – assim como para as ameríndias –, a conscientização da opressão ocorre, antes de tudo, por causa da raça. Exploração de classe e a discriminação racial constituem os elementos básicos da luta comum de homens e mulheres pertencentes a um grupo étnico subordinado. A experiência histórica da escravização negra, por exemplo, foi terrível e sofridamente vivida por homens e mulheres, fossem crianças, adultos ou idosos. E foi dentro da comunidade escravizada que se desenvolveram formas político-culturais de resistência que hoje nos permitem continuar uma luta plurissecular pela libertação. A mesma reflexão é válida para as comunidades indígenas. Por isso, nossa presença nos movimentos étnicos é bastante visível; lá nós amefricanas e ameríndias temos participação ativa e em muitos casos somos protagonistas (Gonzalez, 2020, p. 147).

Assim como acontece com a proposta do quilombismo, a articulação com as comunidades indígenas é colocada aqui em posição de centralidade. Através da inspiração no quilombismo e na amefricanidade e pela confluência com a diplomacia indígena, avançamos na sequência a ideia de diplomacia quilombola como uma proposta que reconhece as ações de cooperação e solidariedade entre comunidades quilombolas e afro-diaspóricas em diferentes partes do mundo. Ela se baseia na ideia de que essas comunidades têm interesses comuns como a luta contra o racismo, a discriminação e a desigualdade e que atuam juntas para alcançar seus objetivos.

3 DIPLOMACIA QUILOMBOLA

3.1 A EXPANSÃO CONCEITUAL DA DIPLOMACIA: DA DIPLOMACIA INDÍGENA À DIPLOMACIA QUILOMBOLA

O conceito de diplomacia é amplamente discutido e debatido na literatura especializada em RI e foi muitas vezes associado à singularidade do campo marcado pela situação limite entre paz e guerra (Lafer, 2019). É nesse sentido que para o filósofo francês Raymond Aron, duas

figuras estruturam as relações interestatais: o diplomata, que representa o Estado em tempo de paz e o soldado, que carregaria as cores da nação em tempo de guerra (Aron, 2002; Holeindre, 2012). Sendo a diplomacia definida por Aron como "a condução do intercâmbio com outras unidades políticas" e a "arte de convencer sem usar a força" (Aron, 2002, p. 73), ela coexistiria com a estratégia enquanto métodos complementares e opostos da arte única da política a partir dos quais os Estados se inter-relacionam.

Em linha semelhante, está o entendimento de outros autores que são referências nas RI hegemônicas. Para Morgenthau, a diplomacia é "a arte de fazer com que os diferentes elementos do poder nacional tenham um efeito máximo sobre os pontos da situação internacional que dizem respeito mais diretamente ao interesse nacional" (Morgenthau, 2003, p. 273). Já para Keohane (1977), a diplomacia pode ser entendida como um processo de negociação e comunicação entre Estados, com o objetivo de resolver conflitos, promover interesses mútuos e estabelecer relações pacíficas. Nesse contexto, a diplomacia desempenha um papel fundamental na manutenção da estabilidade internacional e na prevenção de crises internacionais. Nessa linha, Herz e Hoffmann (2004), em manual sobre Organizações Internacionais muito utilizado enquanto referência bibliográfica nos cursos de RI no Brasil, concebem a diplomacia enquanto um dos mecanismos de estabilização do sistema internacional e definem as práticas diplomáticas como "processos de negociação, formação de acordos e assinatura de tratados e o exercício de influência e pressão pelos Estados realizados por meio de canais de comunicação diplomáticos" (p. 14).

Nas concepções exemplificadas acima, a diplomacia é concebida como a atividade que envolve a defesa de interesses dos Estados em negociações com governos estrangeiros. Dessa forma, refere-se geralmente à prática convencional de relações internacionais entre Estados soberanos, baseada em princípios e normas estabelecidos ao longo da história. Essa abordagem tradicional da diplomacia se concentra em negociações, acordos bilaterais e multilaterais e na busca pelo interesse nacional de maneira racional. A diplomacia tradicional, portanto, é caracterizada pela utilização de embaixadores, tratados formais e canais diplomáticos convencionais para promover a paz, resolver conflitos e estabelecer relações amistosas entre Estados, seguindo os princípios da soberania e não intervenção nos assuntos internos de outros países (Müller, 2019).⁸

⁸ É importante ressaltar que as experiências diplomáticas são muito anteriores ao surgimento do Estado moderno que domina as narrativas da história da diplomacia. Nesse sentido, destaca-se especialmente a importância da diplomacia africana que se desenvolveu também a partir de um protagonismo feminino de rainhas africanas como Nefertiti, rainha da XVIII dinastia do Antigo Egito, Hatshepsut, a primeiro faraó mulher, Tiye, Nefertari, entre

Frente às novas complexidades das relações internacionais, a diplomacia vem passando por um processo de expansão conceitual no qual perde a sua imagem de excepcionalidade. É nesse sentido que a diplomata canadense Louise Fréchette no *The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*, diz que "um Manual de Diplomacia do início dos anos 1970, quando entrei para o Ministério das Relações Exteriores, teria sido bem diferente deste"⁹ (p. 1). Há um entendimento cada vez maior de que a diplomacia não se limita apenas às negociações entre governos, mas envolve também atores não estatais, organizações internacionais e outros agentes da sociedade global (Hoffmann, 2017). Portanto, a compreensão do conceito de diplomacia passa a ir além das relações entre Estados, abrangendo uma ampla gama de interações e práticas diplomáticas que moldam o cenário internacional.

Quatro décadas atrás, Raymond Aron argumentou que "o embaixador e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais que, na medida em que são relações interestatais, dizem respeito à diplomacia e à guerra". Hoje, ao lado das hordas de diplomatas nacionais e soldados, o advogado internacional, o comerciante multinacional, o financiador transfronteiriço, o tecnocrata do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional (FMI), o guardião da paz da ONU, o oficial de saúde da Organização Mundial da Saúde (OMS), o inspetor da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), 'Eurocratas' e funcionários de outras organizações regionais e o trabalhador humanitário disputam espaço no estágio cada vez mais congestionado da diplomacia internacional (Cooper *et. al.*, 2013, p. 4)¹⁰.

Nesse espaço congestionado da diplomacia internacional, há um reconhecimento cada vez maior de novos jogadores (organizações não-governamentais, corporações transnacionais, fundações privadas, parlamentares; etc.), novos métodos e novas questões/agendas (reordenamento de prioridades, de conflitos interestatais para outras formas de conflitualidade, direitos humanos, questão ambiental, etc.) (Idem). No entanto, apesar dessa abertura, mesmo em contextos que se propõe a pensar essa expansão conceitual, os entendimentos sobre a diplomacia continuam na maior parte das vezes ainda centrados nos Estados enquanto grande

outras. Sobre essa temática, ver o debate presente no livro da autoria de Cheikh Antah Diop (1989) intitulado: "A Unidade Cultural da África Negra: do sistema de matriarcado ao sistema do patriarcado da antiguidade clássica".

⁹ Traduzido do original: "An early 1970s Handbook of Diplomacy, which is when I joined the foreign ministry, would have been quite different from this one".

¹⁰ Traduzido do original: "Four decades ago Raymond Aron argued that 'the ambassador and the soldier live and symbolize international relations which, insofar as they are inter-state relations, concern diplomacy and war'. Today, alongside the hordes of national diplomats and soldiers, the international lawyer, the multinational merchant, the cross-border financier, the World Bank and International Monetary Fund (IMF) technocrat, the UN peacekeeper, the World Health Organization (WHO) health official, the International Atomic Energy Agency (IAEA) inspector, 'Eurocrats' and officials of other regional organizations, and the humanitarian worker jostle for space on the increasingly congested stage of international diplomacy".

ponto de referência. Conseguimos notar isso através da definição a seguir, presente no mesmo manual da diplomacia moderna referenciado acima:

A diplomacia, em sua essência, é a conduta de relacionamentos, usando meios pacíficos, por e entre atores internacionais, pelo menos um dos quais é geralmente governamental. Os atores internacionais típicos são Estados e o grosso da diplomacia envolve relações entre Estados diretamente ou entre Estados, organizações internacionais e outros atores internacionais¹¹ (Cooper *et. al.*, 2013, p. 2)

A partir da constatação do que podemos entender como sendo uma contradição central no âmbito da expansão conceitual da diplomacia, Beier afirma:

O resultado disso é que aqueles de nós que trabalham do ponto de vista disciplinar nas Relações Internacionais são rapidamente desiludidos de qualquer pretensão que possamos nutrir, de alguma forma, complementar às narrativas e noções bem ensaiadas do que é a diplomacia, onde é praticada, como pode operar, e quem podem ser seus praticantes. Essas não são histórias não contadas, mas histórias não ouvidas nas Relações Internacionais e há muito silenciadas em fóruns hegemônicos de governança global porque frequentemente não serão reconciliadas com conceitos e categorias dominantes, para não falar das circulações de poder. Sendo muitos e variados, eles se manifestam como contrapontos a definições de diplomacia centradas no Estado e, por extensão, a um corpo de trabalho acadêmico que persiste em centralizar o Estado, embora possa mostrar uma vontade crescente de povoar as margens de forma mais heterogênea (Beier, 2009, p. 2)¹².

Conforme discutimos anteriormente, a preocupação excessiva das RI com a relação entre os Estados, leva à exclusão não só das vastas possibilidades de interação global humana, mas também das perspectivas e formas de atuação de outros atores, como os povos e comunidades indígenas e quilombolas, das narrativas sobre política internacional.

É comum associar a história da diplomacia às embaixadas, profissão, técnica e protocolo dos estados ocidentais. Essa conexão está associada à produção teórica das relações internacionais e da diplomacia, dominada por acadêmicos norte-americanos, europeus e - em menor medida - australianos, preocupados com questões que dizem respeito aos atores hegemônicos da economia global e que oculta fenômenos

¹¹ Traduzido do original: "Diplomacy at its essence is the conduct of relationships, using peaceful means, by and among international actors, at least one of whom is usually governmental. The typical international actors are states and the bulk of diplomacy involves relations between states directly, or between states, international organizations, and other international actors".

¹² Traduzido do original: "The upshot of this is that those of us working from a disciplinary stand-point in International Relations are very quickly disabused of any pretension we might harbor toward somehow supplementing well rehearsed notions and narratives of what diplomacy is, where it is practiced, how it may operate, and who its practitioners may be. These are not stories untold, but stories unheard in International Relations and long silenced in hegemonic fora of global governance because they frequently will not be reconciled with dominant concepts and categories, to say nothing of power circulations. Being many and varied, they manifest as counterpoints to state-centric definitions of diplomacy and, by extension, to a body of academic work that persists in centering the state, though it may show an increasing willingness to populate the margins more heterogeneously".

históricos transfronteiriços que envolvem atores periféricos, interações e significados excluídos do relato histórico diplomático, mas que foram decisivos na formação e no desenvolvimento do sistema mundial¹³ (Robles, 2017, p. 143).

Apesar destas limitações, recentemente algumas propostas que se constroem a partir do entendimento de que "apenas um dos muitos conjuntos variados de práticas diplomáticas humanas passou a definir a diplomacia"¹⁴ (Beier, 2009, p. 5), têm ganhado maior espaço nas discussões no âmbito das RI, com especial destaque para a diplomacia indígena. Nessas propostas emergentes, a expansão conceitual da diplomacia passa a adquirir contornos menos contraditórios, uma vez que operam um verdadeiro distanciamento analítico do Estado. Assim, estas perspectivas além de questionarem quem pode contar como um ator legítimo na política global, questionam também aquilo que pode ser concebido enquanto prática diplomática significativa (Beier, 2009). É importante notar, no entanto, que apesar de ter suas ramificações apenas recentemente fortalecidas nesse campo, as diplomacias indígenas não são novas. Sendo os processos diplomáticos desses povos "um fenômeno antigo que antecede a invasão da América-Abya Yala" (Robles, 2017, p. 146), o protagonismo dos povos indígenas como atores políticos globais dentro da diplomacia internacional envolve uma série de práticas e possibilidades muito mais amplas do que certas instituições e/ou convenções disciplinares reconheceram e permitiram (Beier, 2009).

Através da diplomacia indígena, reconhece-se a participação ativa dos povos indígenas no cenário global, na busca pela proteção de seus direitos e promoção de suas próprias visões de mundo e valores culturais (Garcia, 2017). A diplomacia indígena transcende os padrões tradicionais de negociação e diplomacia, incorporando elementos de diálogo intercultural, preservação do meio ambiente e justiça social (*Idem.*). Os povos indígenas buscam reconhecimento e respeito por suas tradições, territórios e modos de vida e formam alianças internacionais para enfrentar desafios comuns, como a defesa dos direitos territoriais e a conservação ambiental, ao mesmo tempo em que contribuem para um entendimento mais inclusivo e diversificado nas RI.

¹³ Traduzido do original: "Es común asociar la historia de la diplomacia a las embajadas, la profesión, la técnica y el protocolo de los Estados occidentales. Dicha conexión está asociada a la producción teórica de las relaciones internacionales y la diplomacia, dominada por académicos norteamericanos, europeos y –en menor medida– australianos, preocupados por temáticas que atañen a los actores hegemónicos de la economía global (Jones, 2006) y que oculta fenómenos históricos transfronterizos que involucran actores, interacciones y significados periféricos excluidos del relato histórico diplomático, pero que fueron determinantes en la formación y desarrollo del sistema mundial".

¹⁴ Traduzido do original: "just one of many varied sets of human diplomatic practices has come to define "diplomacy".

Recentemente, em 2021, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) fez uma carta ao então recém-eleito presidente dos EUA Joe Biden solicitando que seja "estabelecido um canal de comunicação direto entre a equipe responsável por implementar a 'Ordem Executiva para Combater a Crise Climática em Casa e no Exterior' e a APIB, para que juntos possamos pensar em políticas de proteção da Amazônia" (APIB, 2021, s/p). Esse é um exemplo simbólico de diplomacia indígena e de como os povos indígenas vem atuando contemporaneamente para mudar os termos da forma hegemônica de condução das negociações internacionais.

Ainda sobre a diplomacia indígena, Beier afirma:

Os objetivos de autodeterminação e as reivindicações de terra que animam muitas lutas políticas de povos indígenas estão simultaneamente profundamente em conflito com o monopólio do estado territorial sobre a soberania e seu papel na defesa dos direitos de propriedade, evitando a possibilidade de que ele possa ser alistado como um agente de mudança ¹⁵(Beier, 2009, p. 5).

A diplomacia oficial, guiada pela ideia abstrata de interesses nacionais no âmbito da configuração da política externa, tende a priorizar acordos econômicos e estratégicos, em detrimento das preocupações das comunidades tradicionais, e apresenta uma visão de país que é elitizada e excludente. Abdias Nascimento expressa essa ideia no âmbito do desenvolvimento de sua proposta de quilombismo no capítulo sobre "Etnia Afro-Brasileira e Política Internacional" na seção intitulada "De Como o Olho Azul do Itamaraty Não Vê, Não enxerga o Negro" (Nascimento, [1980] 2022, p. 190). A visão limitada da diplomacia tradicionalmente centrada nos Estados tem perpetuado o racismo e invisibilizado lutas e articulações realizadas por diversos atores sociais, a exemplo do movimento negro quilombola, que tem desempenhado um papel importante na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais.

Assim, é importante notar que a luta e a busca por representatividade nos espaços de negociação dos/as quilombolas se estrutura a partir dos mesmos objetivos supracitados por Beier, uma vez que indígenas e quilombolas foram atravessados pelo mesmos sistemas de opressão estruturados a partir do racismo e da imposição do Estado enquanto única forma possível de comunidade política (Gonçalves, 2019). Além disso, conforme discutido na seção anterior, a autodeterminação também está no centro da proposta de quilombismo. Sobre a conexão entre as perspectivas indígenas e africanas e a importância internacional da luta

¹⁵ Traduzido do original: "The goals of self-determination and the land claims that animate many Indigenous people's political struggles are simultaneously profoundly at odds with the territorial state's monopoly on sovereignty and its role in upholding property rights, obviating the possibility that it might be enlisted as an agent of change".

antirracista, Elisa Nascimento, diretora do Instituto de Pesquisas e Estudos Afro-Brasileiros (IPEAFRO) ressalta:

[...] a luta antirracista, que não é um fim unicamente para o povo negro. Sendo, em primeiro lugar, para o povo negro, ele é para o Brasil, é para o mundo. Essa é a tese do quilombismo. Enquanto o Brasil e o mundo não se dão conta e não reformulam as lacunas e as discriminações que existem, toda a humanidade está perdendo. [...] O verdadeiro sincretismo, porém, que é realmente orgânico, é entre as tradições africanas e dos povos originários. Há um diálogo, um amálgama muito verdadeira, porque você está convivendo com a natureza e respeitando as várias formas de vida. Se nós prestássemos atenção a esse amálgama de filosofia de vida, não estaríamos assistindo, como estamos hoje, à nossa própria destruição (Toledo, Nascimento, 2022, p. 149)

Dessa forma, é através do entendimento desse amálgama, que podemos encontrar exemplos muito semelhantes de atuação protagonizadas por quilombolas. É fundamental reconhecer que a proximidade entre a luta de africanos e indígenas resultou, e continua resultando, em formas de atuação conjunta. Sobre o período do colonialismo, Gomes e Schwarcz (2018) afirmam que “no caso brasileiro, há relatos de aventuras incríveis entre indígenas e africanos que fizeram alianças e entabularam negociações nas florestas, rios, cachoeiras, planaltos e montanhas” (p. 262). Assim, é reconhecendo as semelhanças entre essas cosmologias e lutas, que é possível, a partir da diplomacia indígena, avançarmos na proposta de concepção de diplomacia quilombola que implica um reconhecimento e respeito pelos saberes indígenas e afro-diaspóricos, bem como uma reavaliação das estruturas de poder que privilegiam certas formas de conhecimento em detrimento de outras.

A proposta de diplomacia quilombola nos convida a refletir sobre a importância do reconhecimento e valorização das comunidades quilombolas, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva, diversa e justa para todos. A diplomacia quilombola, inspirada pelo quilombismo e pela amefricanidade, representa a busca por estabelecer relações internacionais diaspóricas baseadas na justiça, na igualdade e no respeito às culturas quilombolas. As cosmologias quilombolas que a fundamentam são enraizadas na ancestralidade, na ligação com a terra e na sabedoria coletiva (Bispo, 2023). Ela se manifesta na maneira como essas comunidades compreendem e interagem com o ambiente, suas práticas agrícolas, sistemas de saúde tradicionais e formas únicas de governança (*Idem.*).

A marginalização política e econômica das comunidades quilombolas muitas vezes limitam o acesso de quilombolas aos espaços de tomada de decisão nacionais e internacionais. O sistema internacional dá prioridade aos interesses dos Estados e não está estruturado para acomodar a diversidade epistemológica do mundo nas instituições internacionais. Esse

desequilíbrio epistêmico impacta negativamente as comunidades quilombolas, limitando seu poder de representação nas arenas internacionais e prejudicando seus esforços para promover a justiça social e a sustentabilidade. É em contraposição a essa lógica, que reforça-se a importância de considerar as experiências e os conhecimentos das comunidades quilombolas na formulação de políticas globais.

Nesta perspectiva, a diplomacia quilombola pode ser vista como um poderoso instrumento de luta e resistência negra na busca por justiça social. Essas comunidades muitas vezes enfrentam desafios e processos de marginalização internamente em seus países e através da diplomacia quilombola busca ampliar o diálogo e a conscientização internacional sobre suas questões (Barão, 2014). Assim, é importante destacar que a centralidade do quilombismo na diplomacia quilombola não se limita apenas ao âmbito teórico. As comunidades quilombolas têm buscado na prática estabelecer parcerias e alianças internacionais para fortalecer sua luta por direitos territoriais, culturais e sociais. Assim, a diplomacia quilombola refere-se também às práticas e estratégias utilizadas pelas comunidades quilombolas para promover seus interesses, garantir seus direitos e buscar o reconhecimento de sua identidade e território. Envolve, portanto, a articulação política e o diálogo com diferentes atores, como governos, organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organismos internacionais. Nesse contexto, as comunidades quilombolas são concebidas enquanto agentes ativos na cena internacional, promovendo seus interesses e demandas.

Essas ações incluem a participação em fóruns internacionais, a articulação com organizações não governamentais e a promoção de intercâmbios culturais e educacionais. Há também um trabalho fundamental de mobilização social e a conscientização pública sobre suas demandas e direitos. As comunidades quilombolas têm promovido campanhas de visibilidade, marchas, ocupações de terras e outras formas de protesto pacífico para chamar a atenção para suas questões. A diplomacia quilombola também envolve a ação de busca por diálogos e parcerias com governos e organismos internacionais como a participação em conferências e reuniões da Organização das Nações Unidas (ONU). As comunidades quilombolas também têm participado de fóruns nacionais e internacionais, apresentando suas demandas e buscando apoio para a promoção de seus direitos. Como expõe, Denildo Santos, Secretário Executivo da Coordenação Nacional de Articulação de Quilombos (CONAQ):

A ONU tem um papel muito importante na preservação dos direitos dos mais vulneráveis no mundo. Temos usado a ONU e a Organização dos Estados Americanos (OEA), como espaço de denúncias das violações de direitos dentro dos territórios e quem nos persegue. Isso faz com que esses organismos chamem o Estado brasileiro para dialogar, para que o Estado brasileiro dê suporte ao nosso povo. Esse processo

só fortalece a nossa luta. Temos feito várias denúncias, na ONU, OEA, com intuito de fazer com que o mundo conheça que aqui no Brasil existem as comunidades quilombolas e que elas têm um papel muito importante na preservação dessas riquezas, dessa biodiversidade e que vem passando por várias violações de direitos (Denildo Santos, Secretaria Executiva da CONAQ, 2023).

Valmir do Santos, coordenador executivo da CONAQ na Bahia também reforça a importância dessas articulações internacionais:

Toda essa articulação e união é fruto da nossa mobilização e esforço do movimento. A gente tem provado que o povo negro tem força para enfrentar os desafios. Temos mostrado para o Brasil e para o mundo que há necessidade de avançar, porque para o nosso povo ainda há muita dependência daquilo que é necessário como política básica. (Valmir dos Santos, Coordenador Executivo da CONAQ, 2023).

No Brasil, a luta pela garantia dos direitos das comunidades quilombolas tem avançado ao longo dos anos, com o reconhecimento legal de seus territórios e a implementação de políticas públicas voltadas para sua proteção e desenvolvimento. As práticas da diplomacia quilombola desempenham um papel fundamental nesse processo, na medida em que buscam criar espaços de diálogo e fortalecer a voz e a participação das comunidades quilombolas nas decisões que afetam suas vidas e seus territórios. Além do aspecto de luta pelo direito ao território, a diplomacia quilombola também envolve a promoção da igualdade racial e a luta contra o racismo e a discriminação. Assim, é importante ressaltar que a diplomacia quilombola não se limita apenas à negociação política pelo direito ao território, mas também engloba a valorização da cultura e dos conhecimentos tradicionais das comunidades quilombolas. A promoção da identidade quilombola e o reconhecimento da contribuição dessas comunidades para a sociedade são elementos centrais para avanço das articulações do movimento quilombola. Esta abordagem procura construir parcerias horizontais com outras comunidades marginalizadas e atores internacionais comprometidos com a diversidade epistêmica, especialmente através do reconhecimento da conexão diaspórica, expresso nas ideias de quilombismo e amefricanidade. Assim, as comunidades quilombolas buscam amplificar suas vozes e influenciar as agendas internacionais, defendendo seus direitos à terra, à autodeterminação e o reconhecimento de suas cosmologias.

3.2 “UMA REVOLUÇÃO DENTRO DA REVOLUÇÃO”: A DIPLOMACIA DAS MULHERES QUILOMBOLAS¹⁶

O crescente protagonismo dos femininos nas RI e o aumento da participação de mulheres em processos de negociação internacional têm se destacado como elementos importantes na transformação do cenário diplomático global, desafiando as estruturas patriarcais que historicamente dominaram esse espaço (Enloe, 2014; Lenine, Sanca, 2022). Há uma sobrerrepresentação dos homens e uma subrepresentação das mulheres em posições diplomáticas e de negociação de alto nível no mundo (Aggestam; Towns, 2018). A diplomacia é assim um espaço masculinizado e "as práticas e instituições da diplomacia eram e continuam a ser discriminadas por sexo" (*Idem.*, p. 9).

Em estudo recente, Lima e Oliveira (2018) analisaram o perfil dos/as diplomatas brasileiros/as formados até o ano de 2010. A pesquisa evidenciou que as mulheres representam apenas cerca de 25% do total de diplomatas em atividade. Em relação ao perfil racial, os brancos representam 97,82% do grupo estudado; enquanto os negros e indígenas representam, respectivamente, 2,76% e 0% do conjunto total. Assim, é possível verificar que o Instituto Rio Branco (IRB) ainda é um espaço de difícil acesso e pouco representativo da população brasileira. Não obstante, nos últimos anos o Ministério das Relações Exteriores (MRE) tem implementado diversas iniciativas para ampliar a representatividade do corpo diplomático brasileiro. Quando questionado sobre as principais mudanças do MRE desde o seu ingresso na carreira (1999), o diplomata Celso França destaca que:

[...] dentro do Itamaraty já tinha começado o início do debate sobre diversidade racial e a importância de implementação de ações afirmativas. Foi pensado então um mecanismo de apoio a candidatos afrodescendentes com bolsas de estudos para aquisição de livros, matrículas de bolsas para preparação do concurso que exige muito do candidato. Então um momento de muito otimismo em relação ao futuro do Brasil e o início do debate sobre a diversidade que, por exemplo, não havia na minha turma. Nós éramos poucos: no concurso que fiz entraram apenas 20, 17 homens e 3 mulheres, todos da elite branca brasileira de alguma forma. Então havia uma preocupação, mas a preocupação ainda não havia sido traduzida em termos concretos. O que mudou dentro do Itamaraty eu diria primeiro é essa busca crescente pela diversidade, cada vez mais pela participação de mulheres. Na turma atual do Instituto Rio Branco, as mulheres já são 40 %, ou seja, quase metade (Celso França, 2023).

Não obstante, é importante considerarmos o que destacam Aggestam e Towns (2018): mesmo que nas últimas décadas haja um número significativo de aumento na representatividade

¹⁶ O subtítulo desta seção é uma alusão ao capítulo de Laura Parisi e Jeff Corntasseldo “A Revolution within a Revolution”: *Indigenous Women’s Diplomacies*” no livro “*Indigenous Diplomacies*” organizado por J. Beier.

de mulheres que participam nesses espaços, ainda existe um baixo índice de representação política inclusiva e de igualdade de gênero. Essa realidade é especialmente sensível para a presença de mulheres quilombolas. No Brasil, a primeira diplomata quilombola foi aprovada no Concurso de Admissão à Carreira de Diplomata (CAD) em 2017 e tomou posse no cargo apenas em 2022, após longa polêmica sobre a sua identificação racial (Portela, 2022).

A atuação e o protagonismo das mulheres quilombolas no cenário internacional vão muito além do espaço diplomático do Itamaraty e desafiam as normas tradicionais de gênero que permeiam a diplomacia global. As mulheres quilombolas têm desempenhado um papel central na promoção da justiça social e na defesa dos direitos humanos, tanto em níveis locais, quanto internacionais (Santos, 2019). É importante assim ressaltar que a participação das mulheres quilombolas nas relações internacionais não se limita apenas à esfera pública, mas também abrange esforços comunitários e ações cotidianas. Elas se envolvem em ações de advocacia, atuando para promover os direitos das/os quilombolas e para preservar e compartilhar sua cultura e história únicas. Nesse sentido, elas são também diplomatas culturais.

A perspectiva feminina da diplomacia quilombola destaca a interseccionalidade das questões de gênero, raça e classe social, desafiando o paradigma patriarcal predominante nas instituições diplomáticas tradicionais. As mulheres quilombolas não apenas representam suas comunidades no cenário internacional, mas também se esforçam para criar parcerias e alianças que abordam questões cruciais, como o acesso à terra e a luta contra o racismo estrutural. É neste sentido que, assim como as mulheres indígenas, elas têm criado novos espaços diplomáticos nas esferas globais, regionais, estatais e locais em um movimento duplo de negociação: pelos seus direitos enquanto mulheres e pelos direitos coletivos das/dos quilombolas (Parisi, Corntassel, 2009).

Um exemplo notável dessas atuações pode ser observado nas ações das mulheres quilombolas na Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP), onde elas têm protagonizado a defesa de práticas agrícolas sustentáveis e na preservação dos territórios quilombolas frente às ameaças das mudanças climáticas (Santos, 2019). As mulheres quilombolas desempenham um papel central na diplomacia ambiental e nas lutas ecofeministas (Lamas *et al.*, 2021). Como destacado por Santos (2019), as mulheres têm liderado iniciativas que buscam conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico de suas comunidades, demonstrando uma abordagem holística que beneficia não apenas as/os quilombolas, mas também a sociedade como um todo. Na sequência, tendo como referência o estudo de caso da Comunidade Quilombola do Jatimane, analisaremos aspectos empíricos da diplomacia quilombola em ação, evidenciando o protagonismo das mulheres quilombolas.

4 LEVAR JATIMANE PARA O MUNDO E TRAZER O MUNDO PARA DENTRO DO QUILOMBO

A diplomacia quilombola é constituída através da multiescalaridade. Há um cruzamento constante entre as diversas escalas de atuação - internacional, nacional, regional e local -, sendo as ações, na maior parte das vezes, mutuamente constitutivas, e, portanto, questionadoras da divisão artificial construída entre as esferas global e local. É, assim, marcada por diversos níveis de articulações da mobilização quilombola, fruto de alguns movimentos feitos por meio de organizações institucionalizadas e outros de geração orgânica que surgem a partir dos territórios.

Nos últimos anos, tivemos avanços importantes no reconhecimento e na proteção dos direitos das comunidades quilombolas no Brasil. É importante ressaltar que esse reconhecimento formal é resultado das inúmeras mobilizações e articulações do movimento quilombola e do movimento negro brasileiro. O reconhecimento dos quilombolas como sujeitos de direitos é fruto de uma longa história de resistência dos africanos escravizados no Brasil e suas descendências. A luta e organização deles incorporou ações como revoltas, organizações religiosas, fugas, até a formação dos próprios quilombos, e caracterizou o que se convencionou chamar de “resistência negra” (Munanga, Gomes, 2006). Em termos de reconhecimento de direitos nos aparatos do Estado, a Constituição Federal de 1988 assegurou os direitos territoriais e o Decreto nº 4.887/2003 estabeleceu os procedimentos para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades de quilombos (Brasil, 1988). Essa foi a primeira constituição a garantir os direitos dos quilombolas em ter as suas terras e organizações preservadas por lei. O surgimento em 1988 da Fundação Cultural Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, para a promoção e preservação dos valores culturais, históricos, sociais e econômicos decorrentes da influência negra na formação da sociedade brasileira, também pode ser enquadrado como uma conquista da resistência e do movimento negro brasileiro.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2022) de 2022, existem 1.327.802 quilombolas distribuídos por todas as regiões do país. A legislação nacional, através do Decreto 4887/2003 (Brasil, 2003), e internacional, através da Convenção 169 da OIT (OIT, [1989] 2011), reconhece a autoidentificação como critério para determinação de comunidades como quilombolas. Nesse sentido, ganham centralidade as perspectivas daquilo que é ser quilombola a partir das concepções de identificação dos próprios membros das

comunidades. Para Jéssica Oliveira, quilombola, artesã e membro da Associação Comunitária do Jatimane,

Ser quilombola é se sentir pertencente a uma história, é poder se identificar com os valores e costumes de um povo que foi brutalmente escravizado, é ter consciência da nossa história. Uma ligação que a cada dia nos faz ter orgulho de nascer negra, de ser quilombola, de morar numa comunidade quilombola e ter a vontade de fazer um mundo melhor sem discriminação, sem preconceito. Você acorda todos os dias e se olha no espelho e vê o quanto é linda e importante. Ser quilombola é ser a resistência (Jéssica Oliveira, artesã e membro da Associação Comunitária do Jatimane, 2023).

Na mesma linha, Irenilda do Rosário, também uma mulher quilombola do Jatimane diz:

Ser quilombola é ter orgulho da minha origem, herdada dos nossos ancestrais, das raízes do sangue negro, assumindo e valorizando o ser quilombola que é a nossa identidade negra. Nas articulações do bem viver, com os nossos conterrâneos, em viver as belezas do nosso quilombo. Tenho muito orgulho de viver em um quilombo, onde tudo começou pelos descendentes indígenas, com uma bela natureza conservada, a beleza das águas, matas e manguezais, coisas raras de se ver e apreciar. É muito importante sim, para a valorização do ser comunidade e poder fazer parte do viver as coisas em comum união com os remanescentes de quilombolas (Irenilda Silva do Rosário, membro da Associação Comunitária do Jatimane, 2023).

A fala de Arlete Souza, quilombola e professora de educação básica do Quilombo Boitaraca, por sua vez, ressalta a importância do reconhecimento do território enquanto forma de fortalecimento da identidade cultural quilombola¹⁷:

Durante muitos séculos, nossas comunidades de remanescentes quilombolas foram cercadas de invisibilidade [...]. Hoje percebemos milhares de comunidades quilombolas se articulando e lutando por reconhecimento de seus direitos territoriais e de seus valores culturais. A sua constituição territorial é espalhada por todo o Brasil. Se num primeiro momento, isso foi um fator decorrente da segregação social, hoje nos possibilita o fortalecimento de mecanismos de defesa da identidade cultural. Por isso é importante o reconhecimento desse território (Arlete Souza do Rosário, Professora da educação básica, 2023).

Essa autoafirmação é fator importante na construção da identidade quilombola, conectando as trajetórias com as/os protagonistas de lutas dentro e fora dos territórios. Esse processo de pertencimento do ser quilombola é um elemento fundamental observado nas vozes das pessoas do quilombo, contribuindo para uma narrativa de cuidado não só de si enquanto sujeito, mas para além das fronteiras territoriais em conexões diaspóricas marcadas pela amefricanidade. Como menciona Antônio Bispo dos Santos, militante do movimento social

¹⁷ Esse quilombo também faz parte da região do Baixo Sul do estado da Bahia e está localizado no município de Nilo Peçanha, próximo ao Quilombo do Jatimane.

quilombola e da luta pelo direito de uso da terra e uma das principais vozes do pensamento das comunidades tradicionais no Brasil, “um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece. Quando a gente confluência, a gente não deixa de ser a gente, a gente passa a ser a gente e outra gente - a gente rende” (Bispo, 2023, p. 14).

Nessa tecitura de confluências, cabe destacar o papel da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ), uma organização que representa as comunidades quilombolas em escala nacional no Brasil. Fundada em 1996, tem como objetivo principal lutar pelos direitos e pela valorização dessas comunidades, que são remanescentes de quilombos, locais de resistência e preservação da cultura afro-brasileira. A CONAQ, como organização que busca a valorização das comunidades quilombolas no contexto nacional e global, tem desempenhado um papel significativo na construção de uma diplomacia quilombola que visa garantir o reconhecimento e a proteção dos direitos das populações quilombolas em âmbito internacional.

A CONAQ é uma das maiores organizações do conjunto do movimento negro brasileiro, está em todos os espaços de representação política. Nós entendemos que a escravidão não se deu só no Brasil, se deu também na América Latina no Caribe. Onde teve escravidão, teve resistência. Teve luta e defesa do território, em todos os países. Nós temos uma coordenação regional que sempre estamos juntos da América Latina e Caribe, conversando. Realizamos um encontro em 2019 no Brasil em Bom Jesus da Lapa na Bahia. De lá pra cá, estamos trabalhando conjuntamente nas incidências internacionais de forma conjunta. Entendemos que os inimigos só mudaram a fronteira, mas eles continuam sendo o mesmo que é o capitalismo. O agronegócio, a ganância, esses setores que querem tirar do nosso território e colocar a população um contra o outro (Denildo Rodrigues, Secretaria Executiva da CONAQ, 2023).

As comunidades quilombolas enfrentam desafios significativos, como a falta de regularização fundiária, o acesso limitado a serviços básicos, como saúde e educação, e a preservação de suas tradições culturais. Muitas vezes, essas comunidades enfrentam também conflitos relacionados à disputa de terras e a pressões externas, como atividades de mineração, agronegócio e desenvolvimento urbano. As ações organizadas por meio de articulações como a CONAQ, possuem um papel central na confrontação desses desafios. A articulação diplomática da CONAQ representa assim um elemento fundamental na promoção e defesa dos direitos quilombolas.

Hoje nós estamos em 24 estados da Federação Brasileira e no Distrito Federal. Em todos os estados temos coordenações estaduais. Não há nenhuma política pública para territórios quilombolas no país que não foi a CONAQ que ajudou a construir, a formular, a cobrar. Todas as políticas de saúde, de educação, garantia do território, o

Decreto 4887, todas essas políticas públicas a CONAQ ajudou a construir, garantir esses direitos. Isso faz parte da missão da CONAQ enquanto movimento social que é um movimento que dá continuidade à luta e defesa dos povos quilombolas (Denildo Rodrigues, Secretaria Executiva da CONAQ, 2023).

De acordo com Valmir Santos, coordenador executivo da CONAQ na Bahia:

A CONAQ está organizada desde a base, que é a comunidade por meio das associações, conselhos regionais, conselhos estaduais, territoriais, a própria CONAQ que representa a esfera federal. A nível internacional, inclusive, temos convênios e parcerias com diversas organizações como a Fundação Ford e a União Europeia. Então existe a articulação com os parceiros internacionais. Temos buscado esse apoio lá fora e, inclusive, participado de diversos eventos lá fora, a fim de levar este olhar da comunidade quilombola, mas sabemos que precisamos avançar muito mais em relação a essas articulações (Valmir Santos, Coordenador Executivo da CONAQ na Bahia, 2023).

Assim, no cenário internacional, a CONAQ tem buscado estabelecer parcerias e alianças com organizações e instituições, promovendo a visibilidade das questões quilombolas em fóruns internacionais. A CONAQ tem participado ativamente de conferências e eventos internacionais, onde tem a oportunidade de apresentar suas reivindicações e compartilhar experiências na luta pela garantia dos direitos quilombolas. Em 2022, por exemplo, a CONAQ enviou uma delegação de 10 pessoas para a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP 27) no Egito para falar sobre justiça climática e racismo ambiental e participar do painel "Ação de transformação por Justiça Climática: a luta social quilombola" (ISA, 2022). Essa estratégia tem como um de seus objetivos sensibilizar a comunidade internacional para as demandas e desafios enfrentados pelas comunidades quilombolas no Brasil. Ainda sobre as articulações internacionais, Denildo Rodrigues, da Secretaria Executiva da CONAQ, diz:

Estamos buscando novas parcerias inclusive com a ONU, para fortalecer ainda mais essas pautas. Muitas questões que tentamos resolver em nosso país não conseguimos, então estamos buscando no âmbito internacional a fim de ajudar. Inclusive, trago o exemplo do que aconteceu recentemente. A Corte Interamericana de Direitos Humanos tomou a decisão sobre o caso da comunidade quilombola de Alcântara, todo o massacre que ocorreu naquele território, as comunidades foram dizimadas. O Brasil não tinha dado respostas e agora essa corte internacional acabou dando resposta e, por isso, o Brasil vai responder por conta desse descaso com nosso povo. Mas, em relação à comunidade Rio dos Macacos, outra comunidade que sofre o massacre pela marinha do Brasil, esse caso também está chegando no debate internacional (Denildo Rodrigues, Secretaria Executiva da CONAQ, 2023).

Através desta fala, podemos notar como se dá a atuação no âmbito da diplomacia quilombola nos espaços das organizações internacionais que, apesar de serem intergovernamentais, são usadas também enquanto forma de luta. Isso acontece em consonância

com o posicionamento de Abdias Nascimento no âmbito do quilombismo sobre a importância da relação com órgãos e instituições internacionais de Direitos Humanos. Assim, o julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) referenciado por Denildo, foi uma conquista simbólica da luta quilombola. Ele resultou na condenação do Estado por brasileiro pela violação dos direitos humanos das comunidades quilombolas de Alcântara, incluindo o direito à consulta prévia e ao consentimento livre, prévio e informado, conforme estabelecido na Convenção Americana sobre Direitos Humanos e na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, [1989] 2011). É fundamental ressaltar que as articulações entre as comunidades quilombolas e as organizações nacionais e internacionais de direitos humanos foi fundamental para levar o caso à CIDH.

Além disso, a CONAQ tem atuado na promoção da cooperação internacional entre as comunidades quilombolas e outros povos tradicionais e diaspóricos ao redor do mundo. Essa cooperação tem permitido o compartilhamento de conhecimentos e experiências, bem como a solidariedade mútua na luta pela preservação de seus territórios e culturas.

Existe um projeto intitulado, Identidade Quilombola da CONAQ com a União Europeia. O objetivo desse projeto, é fortalecer as comunidades quilombolas no sentido do apoio às questões de direitos humanos, pois sabemos que há muitas comunidades que enfrentam problemas sérios. Então, o projeto vem trazer ações de fortalecimentos, de leis, que venham fortalecer essas lideranças para que elas possam caminhar com seus próprios pés a níveis estadual, nacional e internacional. O projeto é um convênio entre a CONAQ e União Europeia que está prestes a iniciar. O projeto já iniciou no Maranhão e vai iniciar na Bahia. (Valmir Santos, Coordenador Executivo da CONAQ na Bahia, 2023).

O Quilombo do Jatimane integra e protagoniza diversas iniciativas e projetos como esse. Está situado no município de Nilo Peçanha, Baixo Sul da Bahia, região na qual grande parte da população é afrodescendente e onde foram identificadas mais de 53 comunidades remanescentes de antigos quilombos certificadas pela Fundação Cultural Palmares. A comunidade tem um formato de um pequeno povoado, constituído essencialmente por negros remanescentes de quilombo e está situada às margens do rio cachoeira do Jatimane, a leste da BA-001, na região turística da Costa do Dendê. O Quilombo do Jatimane possui extensa mata e traz em sua essência a história dos seus ancestrais, que ali chegaram no final do século XIX, quando os irmãos Rosário se adentraram na mata em busca de abrigo protetor para a construção de um assentamento. O lugar escolhido pelos Rosários foi denominado de Porto Velho, mas a necessidade em obter água doce os levou a migrar para uma área mais propícia, onde hoje está situada a comunidade quilombola do Jatimane (**Foto 1.**). De acordo com a memória de Maria Madalena Assunção de Oliveira, griot do Jatimane, “os negros vieram fugidos, se arrancharam

no mato aqui perto, um lugar chamado Porto velho, ficaram lá até passar o perigo, quando não tinha mais risco, aí eles veneram para cá e levantaram as casas, construíram Jatimane” (Fernandes, 2009, p.11). A escolha de um novo espaço se deu por orientação de um indígena chamado Mane, que criava a abelha Jati, produtora de um delicioso Mel. O nome Jatimane é uma homenagem a este indígena.

Foto 1 - Quilombo do Jatimane visto de cima



Fonte: arquivo do Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo-Sul da Bahia (IDES).

No relato da moradora Dona Dilma, encontramos a concepção quilombola, também sistematizada por Nêgo Bispo em "A terra dá, a terra quer" (2023), do valor de viver no quilombo e preservar as suas raízes ancestrais.

Eu acho muito importante viver no quilombo e valorizar nossa cultura, nossa identidade, morar em lugar de paz, água, marisco, ter seu próprio alimento do que a terra dar. Aprendi com meus pais a lidar com a natureza, a natureza é boa deu tudo para gente. Sou sobrinha de três mulheres que tinham o poder da cura por meio das ervas medicinais e as nossas raízes não podemos abandonar. Os partos eram feitos no quilombo e eu acompanhava três referências importantes: Mãe Maria, Dona Moça, como assim chamava, e Dona Enedina (Dilma do Rosário, artesã de cestaria e membro da Associação Comunitária do Jatimane, 2023).

Esta comunidade negra rural é constituída por marisqueiras, pescadores, lavradores, extrativistas que sobrevivem tradicionalmente do extrativismo sustentável da palmeira da Piaçava, uma palmeira nativa e endêmica da região, e das atividades pesqueiras. Estes residem no território apropriados pelos antepassados e compartilhados entre parentes e agregados. O quilombo é formado por 156 famílias e tem 459 habitantes (IBGE, 2022). Com base no Artigo n. 68 da Constituição, e organizados numa associação comunitária, os Rosários requereram e conquistaram o título de autorreconhecimento como uma comunidade remanescente de antigo quilombo da região, numa certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares em 2005 (Fundação Palmares, 2005). Jatimane tem um rico patrimônio cultural, manifestado na culinária, no modo de viver e conviver, em sua identidade afro-brasileira, no artesanato de biojóias e cestarias feito a partir do coco e da fibra da piaçava, nas manifestações culturais artísticas e culturais a exemplo das cantigas, samba de roda, comédias (pequenas encenações teatrais) e da estética afro. O turismo comunitário¹⁸ também tem desempenhado um papel promissor para o fortalecimento e desenvolvimento do território por meio das articulações feitas pela comunidade através da Associação Comunitária do Jatimane (ACJ) (**Foto 2.**). Miltaides do Rosário, condutor de visitantes e ex-presidente da ACJ ressalta a importância da interação do quilombo do mundo.

Eu tenho muito orgulho da minha história e da história dos nossos, já fui presidente da Associação Comunitárias do Jatimane, fiz o que pude fazer, escrevi uma página na história, dei minha contribuição e quero contribuir muito mais. Cada dia que passa vamos evoluindo, mesmo eu não sendo alfabetizado, mais usamos nossa sabedoria e nossos saberes, acredito nessa formação de base, todos são formados naquilo que sabe fazer. A interação do quilombo com o mundo é muito importante. O quilombo é uma sociedade diferenciada, que deve ser olhada e apoiada com seus direitos assegurados. Eu acho que é muito importante valorizarmos nossa história. Eu sempre falo para as pessoas, que o mundo é um livro e cada um de nós é uma página (Miltaides do Rosário, condutor de visitantes e membro da Associação Comunitária do Jatimane, 2023).

¹⁸ Sobre a importância do turismo comunitário ver Araújo e Gelbcke (2008).

Foto 2 - Sede da Associação Comunitária do Jatimane.



Fonte: Arquivo da Associação Comunitária do Jatimane.

A ACJ, fundada em 30 de outubro de 2003, surgiu da necessidade de criar estruturas e estabelecer mecanismos de diálogos com o poder público, governos e organizações de diversos setores da sociedade no Brasil, mas também na esfera internacional. Com 20 anos de existência, a ACJ tem atuado na promoção dos direitos sociais e humanos e no fortalecimento comunitário e se articulando nas esferas locais, municipais, territorial, estadual, nacional e âmbito internacional, por meio de fóruns, debates e intercâmbios. Nesse sentido, a ACJ tem desempenhado um papel importante na democratização do acesso a políticas públicas por meio de projetos locais, atuando de forma sistêmica junto a diferentes espaços com a missão de contribuir para o etnodesenvolvimento local, valorização da história e cultura do seu povo por meio de ações de fortalecimento do turismo de base comunitária, da geração de renda, das manifestações culturais, das redes produtivas e sustentáveis dentro das considerações da economia solidária, da produção e beneficiamento do artesanato local oriundo do extrativismo da piaçava e da conservação do meio ambiente. De acordo com a atual presidenta da ACJ, Eleildes do Rosário:

A importância dessa organização local, nos leva a acessar políticas públicas. Estamos organizados a ponto de conseguir acessar os editais. Somos uma comunidade referência em âmbito local, territorial, estadual pela organização e atuação em diversas esferas [...] Com nossa capacidade diversa, conseguimos avançar muito,

conseguimos organizar a associação comunitária local, conseguimos escrever nossos projetos pela própria organização, temos várias parcerias que apoiam. Temos essa autonomia, apesar de vários desafios encontrados nessas estruturas. Pensar e construir de dentro para fora, isso é um ponto positivo muito importante. As parcerias estabelecidas são importantes porque não avançamos sozinhos, temos a consciência que precisamos de parcerias. Acessamos editais estaduais, estamos conseguindo articular outros projetos. E por meio dessas articulações conseguimos acessar e atuar em diversos espaços (Eleildes do Rosário, presidenta da Associação Comunitária do Jatimane 2023).

As experiências vivenciadas e mobilizadas neste território têm impulsionado o protagonismo social de maneira a contribuir para a permanência dos modos de vida tradicionais e para a sustentabilidade comunitária. Em nível de articulação regional, um importante ponto de articulação é o Conselho Inter Territorial de Articulação das Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia (CIACOQ). Segundo o seu regimento interno (CIACOQ, 2010), o objetivo do conselho é garantir o uso coletivo dos territórios quilombolas, propor o desenvolvimento sustentável e políticas públicas culturais, econômicas, de direitos humanos, levando em consideração as organizações existentes nas comunidades quilombolas no território Baixo Sul e Litoral Sul do estado da Bahia. Essa forma organizativa tem contribuído para estreitar as relações quilombolas em diversas esferas e vem ganhando cada vez mais projeção, possibilitando a interação e articulação dessas comunidades junto a diversas estruturas.

No ano de 2013, a Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (Resolução 68/237), citando a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes. Nesse ínterim, destaca-se as ações do "Projeto Artes Associadas dos Quilombos" que vem sendo desempenhado pelo protagonismo local da comunidade quilombola do Jatimane, buscando a materialização do entendimento da resolução da ONU através de medidas concretas e práticas que reforçam o desenvolvimento de métodos sustentáveis de inclusão social e produtiva, do exercício à cidadania e da valorização ao meio ambiente.

Também na relação do quilombo com a ONU, destaca-se a visita da Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay. Em sua primeira visita oficial ao Brasil, ela visitou o Quilombo do Jatimane com uma comitiva formada por funcionários da ONU, lideranças do movimento negro e representantes dos governos federal, estadual, municipal (ONU, 2009). Neste mesmo período, ocorreu o lançamento do Selo Quilombola, um projeto nacional da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR), que objetivou a certificação de produtos de origem oriundos de comunidades quilombolas,

fortalecendo os arranjos produtivos das comunidades, dando visibilidade e melhorias aos produtos (MDH, 2015).

As mulheres quilombolas do Jatimane têm protagonizado, através de articulações locais, territoriais, nacionais e internacionais, um papel como agentes propulsores das lutas pela regularização de seu território e pela manutenção da memória coletiva e da identidade cultural. Organizadas por meio da ACJ, desenvolvem diversos tipos de atividades com o intuito de promover as raízes da cultura local, o protagonismo e o empoderamento do quilombo e ampliar as fontes de renda de sua população. Avaliando os documentos oficiais e a história da ACJ nos seus 20 anos de existência, evidencia-se uma maior participação das mulheres nos espaços de representação do quilombo. Atualmente, a associação tem 90% de mulheres nos papéis de liderança. De acordo com a presidenta da ACJ, Eleides do Rosário:

Somos mulheres fortes, que tem um poder de organização, poder de pensamento coletivo. Mesmo com todas as adversidades que enfrentamos, conseguimos nos unir, com um poder de articulação e liderança muito forte, estamos pensando na coletividade. Há um desgaste muito grande, pois desenvolvemos várias atribuições, mas juntas podemos nos articular e ir empoderando umas às outras. E seguimos disputando lugar de fala no mundo.

Em escala mais alargada do movimento quilombola, cabe destacar que, recentemente, em 2023, uma comitiva composta majoritariamente por mulheres participou nos Estados Unidos do Programa Internacional de Liderança Visitante, promovido pelo Departamento de Estado Americano e pela Embaixada dos Estados Unidos no Brasil com a mediação da Equipe de Conservação da Amazônia (ECAM) e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) (CONAQ, 2023). As lideranças participaram de debates em torno de temas como direitos humanos, raça, etnia e território. As lideranças quilombolas visitaram o Museu Nacional da História e Cultura Afroamericana e fizeram uma imersão pela história do povo negro nas Américas. Essa visita é particularmente simbólica para ilustrar a proposta de amefricanidade de Lélia Gonzalez a partir de ações que visam o fortalecimento de conexões afro-diaspóricas e das mulheres afro-latino-americanas.

Na sequência, através da escrevivência e relato pessoal das trajetórias da pesquisadora e mulher quilombola que dá autoria a este trabalho, é possível exemplificar a liderança feminina no âmbito da diplomacia quilombola e do Quilombo do Jatimane.

5 ESCRIVIVÊNCIA DE UMA QUILOMBOLA: COMEÇO, MEIO, COMEÇO¹⁹ E A VIVÊNCIA A PARTIR DA ORALIDADE E LIDERANÇA FEMININA

“Aos poucos fui ganhando alguma consciência. Consciência que compromete a minha escrita como um lugar de auto-afirmação de minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra”
Conceição Evaristo²⁰

Eu sou Pedrina Belém do Rosário, mulher, negra, nordestina, quilombola, nascida e criada no quilombo do Jatimane, no interior da Bahia. Tenho muito orgulho de ter nascido nesse território de tantas riquezas culturais, ambientais, históricas-ancestrais, com tantas identidades, mas com muitos desafios. Sou filha da marisqueira Zenilda do Rosário e do meu já falecido pai Pedro Belém, um dos mais conhecidos pescadores da minha comunidade quilombola. Ambos são minhas bases inspiradoras, de valores que levo para minha vida. Essa educação quilombola é minha primeira universidade. É lá que venho desfrutando desses valores e entendendo que trazer minha trajetória é entender que a minha voz tem uma localidade e é a partir desse lugar que me torno quem sou e quem eu quero ser no mundo.

Nós vivemos em um mundo que reproduz desigualdades a partir de uma ótica imperialista e onde esses conflitos existenciais acontecem exatamente porque nossas vozes foram silenciadas e marginalizadas. Nesse sentido, é necessário dialogar sobre nossas trajetórias, empoderar-se e ser voz ativa para que possamos descolonizar o pensamento e o nosso olhar sobre nós e sobre o outro.

Aos 11 anos, estimulada por um trabalho da escola, tive a oportunidade de escrever um texto falando sobre preservação ambiental, que em 2002 foi publicado no Livro “Futuros Escritores de Jatimane”. Diante da importância do tema e do livro e morando numa comunidade quilombola, começou a despertar em mim a vontade de atuar como agente de transformação dentro da minha comunidade.

Aos 16 anos, surgiu a oportunidade de participar de um projeto voltado para o fortalecimento do protagonismo de jovens rurais que estimulava ações junto às comunidades. Meu compromisso era replicar os conhecimentos adquiridos no processo de formação. Este foi um projeto determinante para consolidar aquilo que se tornou um propósito de vida. A partir daí, realizei inúmeros diálogos junto às escolas através dos ciclos de leituras, onde eram apresentados temas sobre a história da comunidade para as crianças; na associação buscando

¹⁹ Ideia desenvolvida por Nêgo Bispo e transmitida, entre outros espaços, no livro "A terra dá, a terra quer" (Bispo, 2023).

²⁰ EVARISTO, 2007, p. 20.

entender as necessidades prioritárias para solicitar soluções dos órgãos responsáveis; nos grupos culturais, onde voluntariamente reuniam-se jovens para ensaiar e apresentar peças de teatro contando de forma cômica e educativa as histórias de sofrimento e superação que viveram os antepassados da comunidade; e nas igrejas durante o processo de formação de jovens.

Com 18 anos, fui convidada pelo Instituto de Desenvolvimento Sustentável do Baixo Sul da Bahia (IDES) para atuar na área de comunicação institucional/comunitária, realizando ações e eventos cuja temática principal era o protagonismo comunitário. Outras ações importantes foram os intercâmbios entre comunidades de realidade igual ou parecida, promovendo a troca de experiências e a união de forças sempre com o objetivo de levar e trazer motivação, pois acreditava ser importante mostrar para os Jatimanenses o que acontecia no mundo lá fora.

Diante disso, comecei a ter destaque dentro e fora da comunidade, participando de eventos e trazendo eventos importantes também para o quilombo. Com isso, foi possível articular políticas voltadas para o desenvolvimento da comunidade dando visibilidade às potencialidades existentes no local. Aos 21 anos, fui indicada pelos moradores para ser presidente da Associação Comunitária do Jatimane, experiência desafiadora, que me trouxe confiança e credibilidade para realizar ações que trouxessem benefícios. Através desse trabalho foi possível divulgar a comunidade dando visibilidade a sua história e cultura.

*Nesse processo, participei da primeira formação da arena de diálogos que debateu sobre os marcos regulatórios das organizações da sociedade civil em diálogo com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que abriu um diálogo forte na região. Eu pude fazer a multiplicação sobre os ODM em diversos espaços como na Câmara de Vereadores de Nilo Peçanha, na Associação etc. Foi um processo de interação muito forte e de compreensão de como as ações locais têm um impacto global ainda bastante invisibilizado. Os territórios quilombolas foram constituídos por muitos anos e o modelo de desenvolvimento destas populações são formas viáveis de sustentabilidade para preservação do que existe neste local. Um exemplo disso é que a minha comunidade quilombola vive do extrativismo da piaçava, uma palmeira nativa e endêmica da região, conhecida como *Attalea Funifera*. O extrativismo é feito de forma não predatória, não agride o meio ambiente e cria um ambiente harmônico de integração com a nossa natureza.*

Dessa forma, pensar as questões ambientais e principalmente o protagonismo dos líderes indígenas e quilombolas nas Relações Internacionais é muito necessário e urgente no contexto internacional, pois eles são os povos originários da terra. É de grande relevância

também para discutir a divisão imposta entre local e global. Eu acredito nestas perspectivas. Existem muitas comunidades fazendo coisas revolucionárias que ainda são silenciadas, por isso inserir esses atores nas agendas de debates das Relações Internacionais é muito importante. O silenciamento desses atores é como desautorizar este lugar de fala. Pensar no meio ambiente sem pensar nesses atores é permanecer na situação de colapso ambiental que vivemos.

Eu, enquanto mulher negra, e neste caminhar de 34 anos de existência, tive a oportunidade de interagir com mecanismos internacionais como a ONU. A visita da Alta-Comissária das Nações Unidas para os Direitos Humanos, Navanethem Pillay, no quilombo foi mostrar que é possível pensar o local como internacional. É preciso debater as agendas dos direitos humanos e chegar nas instâncias de tomada de decisão. Outro marco importante foi a minha ida à ONU em 2010 em Barcelona para representar América Latina e Caribe. Nesta ocasião, o “Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Mosaico de Áreas de Proteção Ambiental (APAs) do Baixo Sul da Bahia”, no qual trabalhei de forma ativa, conquistou o Prêmio ao Serviço Público da ONU na categoria “Melhorando a participação cidadã nos processos de decisões públicas através de mecanismos inovadores”. Foi muito relevante estar neste lugar representando minha região. Esse momento validou e legitimou a nossa atuação e existência no mundo e o meu lema de vida que é levar sempre Jatimane para o mundo e trazer o mundo para dentro do quilombo, sem precisar sair do nosso território.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato dessa escrevivência é fruto de uma trajetória de ser mulher preta quilombola, de ancestralidade e memória familiar e comunitária. O cruzamento das vivências é marcado pelo lema de vida que encerra a escrevivência e acompanha essa trajetória a todo momento: "levar Jatimane para o mundo e trazer o mundo para dentro do quilombo". É nesta perspectiva que está a importância do formar-se internacionalista. Não faria sentido se fosse diferente disso, e a proximidade com o quilombo se perdesse no caminho em meio às abstrações distantes presentes em diversas concepções do internacional.

Ao longo dos anos, o Quilombo do Jatimane, muitas vezes protagonizado por mulheres, tem expandido a sua presença no mundo. O que temos feito, na busca por tecer acordos, dialogar com diversos atores, afirmar nossa identidade e lugar de existência e ampliar as nossas possibilidades de vida digna, é também diplomacia. É nessa perspectiva que esse trabalho

avançou a proposta de diplomacia quilombola nas RI. Essa construção foi feita a partir das propostas afro-diaspóricas do quilombismo e da amefricanidade, de uma ponte de confluência com a diplomacia indígena, e de uma contraposição aos sentidos tradicionais de diplomacia e das RI hegemônicas. O enfoque da proposta foi nas dinâmicas de resistências, de lutas quilombolas, apresentando, a partir do quilombo do Jatimane, as articulações de lutas quilombolas no Brasil e no mundo. Isso permite situar a (re)inserção das comunidades políticas quilombolas, tornando-as igualmente sujeitos ativos de dinâmicas que são multi-escalares, porque ao mesmo tempo territoriais, locais, regionais e internacionais.

Através da compreensão do funcionamento da diplomacia quilombola, é possível mostrar como saberes que sofreram um processo de apagamento podem contribuir para um novo pensamento sobre o aqui e agora centrados nas/nos quilombolas, sua relação direta com seus modos de vida, conexão com a terra, mostrando outras narrativas que desconstruem o olhar hegemônico sobre nossos territórios. Assim, alinhados/as com as propostas de quilombismo e amefricanidade, continuamos desenhando novos caminhos por meio do protagonismo dos/as próprios/as negros/as na arena internacional.

Ao incorporar o pensamento negro brasileiro e os saberes e ações quilombolas, é possível construir um campo de estudo mais inclusivo e plural no âmbito das RI, que valoriza as contribuições e experiências de comunidades quilombolas e de outras comunidades marginalizadas. Através desse trabalho podemos refletir sobre a importância da participação das comunidades locais e quilombos nas RI, extraíndo lições e inspirações para outras comunidades que buscam fazer valer suas vozes no cenário global. Essa é a relevância de pensar a diplomacia quilombola como um conceito a ser interiorizado e legitimado, que busca também fortalecer as relações diaspóricas entre as comunidades negras no Brasil e outras comunidades negras no mundo.

Apesar de uma suposta transcendência formal do racismo nas instituições modernas da ordem mundial, as relações de poder perpetuam a todo momento relações de desigualdade. A intersecção entre ser pesquisadora e corpo político social quilombola que gerou essa pesquisa tem o potencial de influenciar e mobilizar agendas de política externa e construção de políticas públicas, inserindo-se assim em âmbitos estratégicos. Esse debate do quilombo, por meio da sua agência diplomática nas RI, contribui na construção de soluções mais justas e sustentáveis para os desafios globais, promovendo a diversidade de vozes no cenário internacional. A proposta é aquilombar as RI.

REFERÊNCIAS

- AGGESTAM, Karin; TOWNS, Ann E. (eds.). **Gendering Diplomacy and International Negotiation**. Londres: Palgrave MacMillan, 2018.
- ALMEIDA, S. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ANIEVAS, Alexander; MANCHANDA, Nivi; SHILLIAM, Robbie (eds.). **Race and Racism in International Relations: Confronting the Colour Global Line**. Londres: Routledge, 2015.
- APIB. Carta da APIB ao Presidente Biden, 2021. Disponível em: https://apiboficial.org/files/2021/03/Carta-APIB-para-President-Biden_PORT_Original.pdf. Acesso em 10 de novembro de 2023.
- ARAÚJO, Guilherme Pinto; GELBCKE, Daniele Lima. Turismo comunitário: uma perspectiva ética e educativa de desenvolvimento. **Turismo: Visão e Ação**, v. 10, n. 3, 2008, p. 358-377.
- Arlete Souza do Rosário**, Professora da educação básica, Quilombo de Boitaraca. Entrevista online em 9 de setembro 2023
- ARON, Raymond. **Paz e Guerra entre as Nações**. Brasília: Editora UnB/FUNAG, 2002.
- AVANT, Deborah D.; FINNEMORE, Martha; SELL, Susan K. (eds.). **Who Governs the Globe?** [Ebook]. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.
- BARÃO, Giulia Ribeiro. Cultura e diplomacia cultural no século XXI: proposta de revisão do pensamento brasileiro de Relações Internacionais. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 3, n. 5, 2014, p. 74-102.
- BEIER, Marshall. Introduction: Indigenous Diplomacies as Indigenous Diplomacies. In: BEIER, Marshall J. (ed.). **Indigenous Diplomacies**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.
- BHAMBRA, Gurminder K., BOUKA, Yolande, PERSAUD, Randolph B., RUTAZIBWA, Olivia U., THAKUR, Vineet, BELL, Duncan, SMITH, Karen, HASSTRUP, Toni, ADEM, Seifudein. Why Is Mainstream International Relations Blind to Racism? Ignoring the central role of race and colonialism in world affairs precludes an accurate understanding of the modern state system. **Foreign Policy**, 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/07/03/why-is-mainstream-international-relations-ir-blind-to-racism-colonialism/>. Acesso em 24 de novembro de 2023.
- BISPO, Antônio S. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- BISPO, Antônio S. **Colonização, quilombos: modos e significações**. Brasília: INCTI/UnB, 2015, p. 89.
- BISPO, Antônio S. **Nêgo Bispo: vida, memória e aprendizado quilombola**, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=gLo9ZNdGJxw>. Acesso em 15 de novembro de 2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em 12 de novembro de 2023.

BRASIL. Decreto 4887/2003. Brasília: Ministério da Cultura; Ministério do Desenvolvimento Agrário; Casa Civil da Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm. Acesso em 8 de novembro de 2023.

CARNEIRO, Amanda. Abdias Nascimento: um artista panamefricano. *In. Abdias Nascimento*. São Paulo: MASP, 2022.

CARNEIRO, Sueli. **A Construção do Outro como não-ser como fundante do ser**. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de São Paulo, 2005.

CARNEIRO, Sueli. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Jahar, 2023.

Celso de Arruda França, diplomata e chefe do Escritório de Representação do Ministério das Relações Exteriores na Bahia. Entrevista realizada em Salvador no dia 17 de novembro de 2023.

CIACOQ. Conselho Inter Territorial de Articulação das Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul da Bahia. **Regimento Interno**. 2010.

CONAQ. **Quilombolas brasileiros vão aos Estados Unidos para tratar de questões raciais e de direitos humanos**. Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Rurais e Quilombolas, 2023. Disponível em <http://conaq.org.br/noticias/quilombolas-brasileiros-vaos-aos-estados-unidos-para-tratar-de-questoes-raciais-e-de-direitos-humanos/>. Acesso em 8 de novembro de 2023.

COOPER Andrew; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh. Introduction. *In. COOPER Andrew; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh [Eds.]. The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-23.

Denildo Rodrigues, Secretaria Executiva da CONAQ em Brasília. Entrevista on-line realizada em 1 de outubro de 2023.

Dilma do Rosário, artesã de cestaria e membro da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

DIOP, Cheikh Anta. **A unidade cultural da África Negra**: Os domínios do patriarcado e do matriarcado na antiguidade clássica. Ramada: Pedago, [1989] 2016.

DU BOIS. Worlds of Color. **Foreign Affairs**, v. 3, n.3, 1925, p. 423–44.

Eduardo Conceição do Rosário, membro da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

Eleildes do Rosário, Presidenta da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

ENLOE, Cynthia. **Bananas, Beaches and Bases: Making Feminist Sense of International Politics**. Berkeley: University of California Press, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. *In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007, p. 16-21.

FERNANDES, Maria C. R.. **Jatimane: um espaço de memórias e manifestações culturais**. Universidade do Estado da Bahia, 2009.

FERNÁNDEZ, Marta. As Relações Internacionais e Seus Epistemicídios. *In: URT, João N., SELIS, Laura, LAGE, Victor C (Org.) Dossiê: Teoria das Relações Internacionais no Brasil. Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, v.8, n.15, 2019, p. 458-485.

FERREIRA, Vanessa Capistrano; ALVES, Beatriz Sabia Ferreira; POKER, José Geraldo Alberto Bertocini. Reconstrução racional e direitos humanos: uma proposta de produção de conhecimento crítico das relações internacionais baseada em Habermas. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 3, n. 1, 2015, p. 105-132.

FRÉCHETTE, Louise. Foreword. *In: COOPER Andrew; HEINE, Jorge; THAKUR, Ramesh [Eds.]. The Oxford Handbook of Modern Diplomacy*. Oxford: Oxford University Press, 2013, p. 1-6.

FUNDAÇÃO PALMARES. **Certidão de auto-reconhecimento da comunidade do Jatimane**. 2005.

GARCIA, M.. Diplomacia Indígena: Construindo Alianças Globais para a Defesa dos Direitos Indígenas e da Conservação Ambiental. **Revista de Estudos Indígenas**, v. 10, n. 3, 2017, p. 75-92.

GOMES, Flávio. Quilombos/Remanescentes de Quilombos. *In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GOMES, Flávio; SCHWARCZ, Lilia. Indígenas e Africanos. *In: SCHWARCZ, Lilia; GOMES, Flávio. Dicionário da Escravidão e Liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

GONÇALVES, R. Quilombolas e indígenas: A luta pelo reconhecimento de territórios e direitos no Brasil. **Revista de Estudos e Pesquisas Sobre as Américas**, v. 13, n. 2, 2019, p. 97-117.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afro latino-americano. Rio de Janeiro: Jahar, 2020.
HERZ, Mônica, HOFFMANN, Andrea R. **Organizações Internacionais: Histórias e Práticas**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

HOFFMANN, S. **World Disorders: Troubled Peace in the Post-Cold War Era**. Washington: Rowman & Littlefield Publishers, 2017.

HOLEINDRE, Jean-Vincent. Raymond Aron e a Sociologia das Relações Internacionais. **Relações Internacionais**, v. 35, 2012, p. 35-45.

IBGE. **Censo Demográfico 2022 quilombolas**: primeiros resultados do universo. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2022. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102016>. Acesso 9 de novembro de 2023.

Irenilda Silva do Rosário, membro da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

ISA. Quilombolas denunciam na COP27 invisibilidade na agenda climática e ambiental. Instituto Socioambiental, 2022. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/noticias-socioambientais/quilombolas-denunciam-na-cop27-invisibilidade-na-agenda-climatica-e>. Acesso em 8 de novembro de 2023.

Jessica Oliveira do Rosário, Artesã e membro da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

José Ramos de Freitas, Coordenador Geral do Conselho Interterritorial de Comunidades Quilombolas do Baixo Sul e Litoral Sul (SIACOQ). Entrevista on-line realizada no dia 25 de setembro de 2023.

KEOHANE, R. O., & NYE, J. S.. **Power and interdependence: World politics in transition**. Boston: Little, Brown, 1977.

KILOMBA, Grada. **Memórias da Plantação**: episódios de racismo cotidiano. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LAFER, Celso. O diplomata e o soldado. **Quatro Cinco Um**, 2019. Disponível em: <https://www.quatrocincoum.com.br/br/resenhas/r/o-diplomata-e-o-soldado>. Acesso em 1 de novembro de 2023.

LAMAS, Isabella; BARCA, Stefania; FERREIRA, Bernadete; YANEZ, Ivonne. Horizontes Ecofeministas. **Ambiente & Sociedade**. São Paulo, v. 24, p. 1-14, 2021.

LENINE, Enzo. SANCA, Naentrem. Gênero, Feminismo e Diplomacia: Analisando a Instituição pelas Lentes Feministas das Relações Internacionais. **Revista Organizações & Sociedade**, v. 29, n. 100, 2022, p. 100-124.

LIMA, Rodolfo de Camargo; OLIVEIRA, Amâncio Jorge Silva Nunes de. Manutenção e mudanças no Ministério das Relações Exteriores: perfis do corpo diplomático e padrões na carreira. **Revista de Administração Pública**, v. 52, 2018, p. 797-821.

MDH. **Produtores quilombolas contam com identificação de origem de seus produtos**. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2015. Disponível em:

https://www.gov.br/mdh/pt-br/noticias_seppir/noticias/outubro/produtores-quilombolas-contam-com-certificacao-de-origem-de-seus-produtos. Acesso em 8 de dezembro de 2023.

MIGNOLO, W. D. *The Darker Side of Western Modernity: Global Futures, Decolonial Options*. Durham: Duke University Press, 2011.

Miltades do Rosário, condutor de visitantes e membro da Associação Comunitária do Jatimane. Entrevista realizada no Quilombo do Jatimane no dia 9 de setembro de 2023.

MORGENTHAU, Hans J. **A política entre as nações: a luta pelo poder e pela paz**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

MÜLLER, A. Soberania e Não Intervenção: Fundamentos da Diplomacia Tradicional. **Revista de Relações Internacionais**, v. 15. n. 2, 2019, p. 45-62.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. São Paulo: Global, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Editora Perspectiva SA, [1978] 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **Quilombismo: Documentos de uma Militância Pan-Africanista**. Rio de Janeiro: Editora Perspectiva, [1980] 2022.

NASCIMENTO, Beatriz. Historiografia do quilombo. *In.*: NASCIMENTO, Beatriz. **Quilombola e intelectual: possibilidades nos dias da destruição**. São Paulo: Editora Filhos da África, 2018.

NASCIMENTO, Beatriz. O conceito de quilombo e a resistência cultural negra. *In.*: RATTI, Alex. **Eu sou Atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento**. São Paulo: Instituto Kuanza, 2006.

OIT. **Convenção nº 169 sobre povos indígenas e tribais e Resolução referente à ação da OIT**. Brasília: Organização Internacional do Trabalho, [1989] 2011.

OLIVEIRA, Ananda V. S. **Epistemicídio e a academia de Relações Internacionais: o projeto UNESCO e o pensamento afrodiáspórico sobre o Brasil e seu lugar no mundo**. Rio de Janeiro: Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais da PUC-Rio, 2020.

ONU. **Alta Comissária da ONU para os Direitos Humanos visita o Brasil**. Organização das Nações Unidas, 2009. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/56624-alta-comiss%C3%A1ria-da-onu-para-os-direitos-humanos-visita-o-brasil>. Acesso 8 de outubro de 2023.

ONU. Proclamação da Década Internacional de Povos Afrodescendentes. Organização das Nações Unidas, 2023. Disponível em: https://decada-afro-onu.org/N1362881_pt-br.pdf. Acesso em 9 de novembro de 2023.

PARISI, Laura; CORNTASSEL, Jeff. A “Revolution within a Revolution”: Indigenous Women’s Diplomacies. *In.* BEIER, Marshall J. (ed.). **Indigenous Diplomacies**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

PICQ, Manoela. Visões indígenas desafiando o global: mulheres Kichwa pluralizando a soberania. **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, v. 6, n.11, 2017, p. 340-369.

PORTELA, Júlia. Itamaraty terá 1ª diplomata quilombola por meio de cota para negros. *Metrópoles*, 21 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/itamaraty-tera-1a-diplomata-quilombola-por-meio-de-cota-para-negros>. Acesso em 10 de novembro de 2023.

QUIJANO, Aníbal. Coloniality and modernity/rationality. **Cultural Studies**, v. 21, n. 2, 2007, p. 168-178.

ROBLES, Gabriel Andrés Arévalo. La diplomacia indígena: un enfoque transdiplomático. Si Somos Americanos. **Revista de Estudios Transfronterizos**, v. 17, n.1, 2017, p. 142-169.

SANTOS, M.. Mulheres quilombolas na COP: promovendo a sustentabilidade e a igualdade de gênero. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 24, n. 1, 2019, p. 45-62.

SILVA, Karine. S. Critical Whiteness Studies and International Relations: disputing narratives^[1] and challenging epidermalized structures of power in teaching, research and extension. **Seqüência**, v. 44, n. 93, 2023, p. 1-47.

STRANGE, Susan. **The retreat of the state: The diffusion of power in the world economy**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

TOLEDO, Tomás; NASCIMENTO, Elisa L. Abdias Nascimento: uma aventura pictórica. *In*. Abdias Nascimento: um artista panamefricano. *In*. **Abdias Nascimento**. São Paulo: MASP, 2022.

Valmir dos Santos, Coordenador Executivo da CONAQ na Bahia. Entrevista realizada em Bom Jesus da Lapa no dia 17 de julho de 2023.